



# Outras economias:

alternativas ao capitalismo e ao atual  
modelo de desenvolvimento

Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS)

# **Outras economias:**

**alternativas ao capitalismo e ao atual  
modelo de desenvolvimento**

Rio de Janeiro  
2018



Outras economias: alternativas ao capitalismo  
e ao atual modelo de desenvolvimento

---

#### Realização

Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul - Pacs  
Rua Henrique Valadares, 23, sala 504 - Centro, Rio de Janeiro  
Telefone: +55 21 2210-2124 / contato@pacs.org.br / www.pacs.org.br

#### Coordenação Colegiada

Aline Alves de Lima  
Manoela Justo  
Marina Praça

#### Sistematização

Larissa Cabral

#### Organização

Iara Moura  
Marina Praça

#### Textos

Cristiane Faustino  
Lorena Cabral  
Nívia Regina  
Sandra Quintela  
Sílvia Baptista

#### Revisão

Ana Luisa  
Iara Moura  
Pedro D'Andrea  
Thiago Mendes

#### Projeto Gráfico e Diagramação

Mardônio Andrade

#### Apoio

Fasternopfer  
Pão para o Mundo

#### Rio de Janeiro

2018

“

*O apanhador de  
desperdícios*  
**Manoel de Barros**

*Prezo insetos mais que aviões.*

*Prezo a velocidade das tartarugas*

*Mais que a dos mísseis.*

*Tenho em mim*

*Esse atraso de nascença.*

*Eu fui aparelhado*

*Para gostar de passarinhos.*

*Tenho abundância*

*De ser feliz por isso.*

*Meu quintal*

*É maior do que o mundo.*

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-Compartilhável 4.0 Internacional.

Este livro pode ser utilizado, copiado, distribuído, exibido ou  
reproduzido em qualquer meio ou forma, seja mecânico, seja  
eletrônico, incluindo fotocópia, desde que não tenha objetivo  
comercial e sejam citadas as fontes, autores e autoras.

# Sumário

09 / Apresentação

13 / Primeiras palavras: De que outras economias estamos falando?

1

**É possível pensar outra economia se não enfrentarmos o racismo, o machismo e a questão ambiental?**

17 / Precisamos construir outras compreensões sobre a realidade da vida antes que não caibamos mais nela  
*Cris Faustino - Instituto Terramar, Fortaleza (CE)*

23 / Defender o território-terra e não defender o território-corpo das mulheres é uma incoerência política  
*Lorena Cabnal - Feminista comunitária, Guatemala*

29 / Reflexões Coletivas

2

**Sanación: práticas de cura para o corpo, para a alma e para o mundo**

35 / Sanación, bem viver e a rede da vida  
*Lorena Cabnal - Feminista Comunitária, Guatemala*

3

**Campo e cidade: como enfrentar o debate atual nesses espaços de produção de viver?**

41 / Financeirização da terra: campo-cidade hoje e o conceito de bem viver  
*Karina Kato - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*

53 / Estratégias de enfrentamento ao atual modelo de desenvolvimento: reflexões a partir do campo  
*Nívia Regina da Silva - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra / Via Campesina*

61 / Estratégias de enfrentamento ao atual modelo de desenvolvimento: reflexões a partir do contexto urbano  
*Silvia Baptista - Quilombola, Rede Carioca de Agricultura Urbana (CAU)*

4

**O que aprendemos e que desafios estão colocados para nossa agenda política para o fortalecimento e a ampliação de outras economias?**

67 / Algumas palavras finais  
*Lorena Cabnal - Feminista Comunitária, Guatemala*



## { *Apresentação*

**P**ensar criticamente a categoria desenvolvimento e, mais que isso, os significados culturais, sociais e econômicos nela imbricados, é um convite a desnaturalizar – ou descolonizar – a nossa percepção sobre o modo como a equação capital-trabalho se constrói nas sociedades, abarcando pontos de vista, práticas e pensamentos não hegemônicos. A tarefa não é simples, uma vez que abarca uma revisão de todos os aspectos da vida. Propõe visitar o nosso trabalho, a relação com os bens comuns e com a natureza, os moldes que delineiam, oprimem e conformam nossos corpos, os afetos que cultivamos, a maneira como cruzamos os territórios e a vida.

Desnaturalizar o que historicamente se consolidou como desenvolvimento diz respeito também a enxergar criticamente arranjos legais e políticos que delimitam de maneira desigual o acesso à terra, à água e aos demais bens comuns. Representa, finalmente, um olhar para as conformações econômicas que mantêm e ampliam o lucro de quem monopoliza a posse da terra e dos demais bens comuns e dos meios de produção industriais, científicos e culturais.

Neste contexto, ao completar 30 anos de existência, em 2016, o Pacs se lançou ao desafio de visitar conceitos fundantes para a atuação do Instituto, dentre os quais os de desenvolvimento e alternativas. Ao contrário dos exercícios comuns de autoanálise, decidimos fazer deste um exercício coletivo.

Convidamos parceiros e parceiras, militantes, pesquisadores, jovens, mulheres, camponeses, pescadores/as e atingidos/as por megaprojetos para discutir coletivamente sobre o modelo hegemônico de produção e as alternativas de resistência ao capitalismo, ao racismo e ao patriarcado. À época realizamos o Seminário Debatendo Alternativas: Novos Rumos da Crítica ao Financiamento ao Desenvolvimento, que teve como fruto a primeira série do Caderno Outras Economias, intitulado: Rumos das políticas de desenvolvimento: balanço crítico, alternativas e cenários futuros.

Nesta edição, damos continuidade ao debate, aprofundando os olhares sobre as alternativas ao capitalismo e ao atual modelo de desenvolvimento a partir dos territórios de luta, das periferias, dos quintais e dos espaços de produção e reprodução da vida no campo e na cidade. Desde Abya Yala, Lorena Cabnal nos guia pela perspectiva dos povos e comunidades tradicionais de “nuestra América” e apresenta novas maneiras de se relacionar com o tempo, o espaço, os territórios e os bens comuns.

O emprego do adjetivo “novas” aqui denuncia uma perspectiva contaminada pela mirada etnocêntrica: afinal, as perspectivas dos povos originários, que resistiram à colonização e ao genocídio, não são historicamente anteriores à atual ideia de como devemos trabalhar, plantar, colher, viver? Neste caso, ao pé da letra, o emprego do adjetivo não se direciona ao ineditismo dessas miradas, mas busca ressaltar a urgência de seus anúncios.

Cristiane Faustino, pesquisadora e militante negra e periférica, segue a linha de Cabnal e lança o ultimato: é preciso reinventar a realidade – e a forma como a vemos! – antes que não caibamos mais nela. Nesse modelo de desenvolvimento hegemônico, no qual se localizam o Brasil e diversos países do sul global – resguardadas as especificidades socioeconômicas dos territórios –, mulheres, populações ribeirinhas, povos e comunidades tradicionais, negras e negros e população LGBTI são alvo de violência, têm a voz silenciada e

a história negada. Fazer dialogar a agenda de resistência desses grupos a partir dos seus territórios e modos de enxergar e agir no mundo é tarefa fundamental ao se pensar novos – lá vamos nós! – modelos de desenvolvimento, comprometidos com a luta antirracista, antipatriarcal, decolonial.

Seguindo o desafio proposto, Karina Kato, Nívia Regina e Silvia Baptista, a partir de lugares de falas diversos – Academia, campo, cidade –, discorrem sobre as relações construídas entre os seres humanos e os bens comuns – notadamente a terra e a água – e nos convidam a olhar a fundo os modelos vigentes de produção e consumo de alimentos em sua lógica de uso, dominação e esgotamento dos recursos naturais, opressão e expulsão dos povos, cercamento de terras e busca pela maximização do lucro a despeito da vida.

É possível encarar o urbano também como espaço de produção de comida e de formas de viver ligadas ao plantio, à colheita e ao beneficiamento de produtos alimentícios? O conceito atual de rural abarca a diversidade de práticas políticas e produtivas ou está circunscrito ao modelo hegemônico do agronegócio? São algumas das questões que as autoras nos lançam.

Os textos aqui reunidos são transcrições editadas coletivamente pela equipe do Pacs e pelas autoras, oriundos das discussões do Seminário Outras Economias, promovido pelo instituto em 2017. São, mais que palavra estática, reflexões que, no ritmo da oralidade e da ancestralidade, nos convidam a desnaturalizar os entendimentos correntes sobre a ideia de desenvolvimento e sobre a forma como passamos pela vida coletivamente, enquanto sujeitos e sujeitas sociais. Não se pretendem, assim, definições estanques e acabadas, mas provocações que vão de encontro ao lugar comum construído pelos setores hegemônicos. São anúncios que se apresentam como lugares de fala alternativos àqueles onde se produz e reproduz conhecimento hegemônico. O diálogo está lançado. Venha para a roda.



## *Primeiras palavras: De que outras economias estamos falando?*

**A** ideia deste seminário é nos desafiar a construir um espaço onde tenhamos algo que, ultimamente, nos tem sido muito raro: tempo. Tempo para nos escutar, dialogar e trocar conhecimento. Todo mundo aqui tem conhecimento. Todo mundo aqui sabe alguma coisa.

Nossa proposta metodológica é construir um seminário sem mesas. A ideia é que nossas facilitadoras-convidadas façam algumas provocações com o tema central desse encontro, a partir das quais possamos refletir coletivamente.

É possível pensar outras economias se não enfrentarmos o machismo, o racismo, o colonialismo e a questão ambiental? Essa é a pergunta que nos guia.

Esta é uma pauta que envolve grandes disputas. No final de novembro de 2017, a Fundação C&A, a Oi Telefonía e outras grandes empresas se juntaram para financiar a segunda edição do ColaborAmérica<sup>1</sup> no Rio de Janeiro. O evento, que é o maior da

América Latina sobre a pauta das ditas “novas economias”, discutiu modelos alternativos de economia, trazendo como eixos centrais ideias como tecnologia social, agricultura familiar e outras que nós historicamente abordamos.

A “economia de plataforma” promove o discurso de que somos todos iguais, como se não existissem mais a luta de classes, a propriedade privada e a exploração dos trabalhadores e das trabalhadoras. A propaganda dessa forma de economia reforça o argumento de que todos nós, desde que tenhamos acesso à internet, podemos nos conectar em rede de forma empreendedora através de blogs, plataformas de vídeo. e assim contribuir com a economia.

Outra concepção de economia que segue essa lógica é a da “economia colaborativa” – uma proposta que convence muita gente. Um bom exemplo de economia colaborativa e de plataforma é a Uber, uma empresa prestadora de serviços de transporte urbano privado que funciona através de um aplicativo controlado pelo sistema financeiro.

São propostas evidentemente contraditórias, típicas do paradoxo que vivemos neste momento da história. De um lado, um avanço tecnológico enorme, de empresas como as chinesas e a alemã Adidas, que produz mais de um milhão de pares de tênis sem depender de nenhum trabalhador, contando apenas com impressoras tridimensionais (3D).

Por outro lado, é previsto que cerca de oitocentos milhões de pessoas percam seus empregos no setor produtivo em todo o mundo somente em 2018, enquanto em lugares como a Líbia, no norte da África, ainda vemos imigrantes africanos sendo leiloados em mercado de mão de obra análoga à escravidão. São as contradições do sistema capitalista.

Estas provocações nos ajudam a pensar as discussões do seminário: de que outras economias estamos falando?

Estamos nessa confusão, em que todo mundo quer buscar saídas para o sistema de alguma maneira. Mas o sistema capitalista se renova a partir das alternativas que a gente cria para ele.

Será que somos todos iguais? Que modelo econômico é esse que permite que, enquanto uns produzam tênis usando a mais alta tecnologia em uma parte do mundo,

outros sejam escravizados noutra?

O evento ColaborAmérica é apenas mais um exemplo de que as saídas do sistema atual – as outras economias – também estão em disputa. Nele, foram apresentadas várias pautas de nossos movimentos, apropriadas por esses grupos corporativos que usam nosso discurso para conquistar corações e mentes.

Quando nós, no Instituto Pacs, começamos a discutir a economia solidária, em meados da década de 1990, ela era uma pauta inovadora, a ponta de lança do debate de uma nova economia – política e feminista. Hoje, como vimos, o sistema capitalista se apropriou desses conceitos.

Nosso desafio aqui é discutir a base estruturante desse sistema capitalista, sustentado pelo machismo, pelo racismo e pelo colonialismo. Nesse sentido, debatemos os rumos de nosso modelo de desenvolvimento refletindo sobre as premissas de uma sociedade capitalista que se reinventa a cada ciclo histórico.

**Sandra Quintela**  
**Instituto Políticas Alternativas**  
**para o Cone Sul (Pacs)**

---

1. “O ColaborAmerica é um evento de inovadores sociais e digitais, cuja missão é promover mudanças sistêmicas e construir uma nova economia na América Latina” - segundo a descrição presente no site: [colaboramerica.org/](http://colaboramerica.org/)





**É possível pensar  
outra economia se  
não enfrentarmos o  
racismo, o machismo e  
a questão ambiental?**

*Precisamos construir outras  
compreensões sobre a realidade da vida  
antes que não caibamos mais nela*

*Cris Faustino  
Instituto Terramar,  
Fortaleza (CE)*

**P**odemos começar com uma resposta direta à pergunta provocadora da roda de conversa, que provavelmente é acordo entre nós: não existe a possibilidade de construir um mundo melhor se não for rompendo com as estruturas patriarcais racistas, machistas e LGBTfóbicas<sup>2</sup>. Desconstruir essas estruturas é fundamental para gerar outras relações econômicas e outras racionalidades sobre as relações com a natureza e o meio ambiente.

Uma provocação neste debate é o desafio de refletir sobre como ser e agir – individual e coletivamente – de forma anticapitalista. Como ser anticapitalista nessa sociedade e nessa lógica de vida extremamente dependentes de energia, tecnologias, cadeias e redes – que possibilitam a produção, a distribuição e a comercialização em larga escala? Não acreditamos no capitalismo como criador de condições dignas para a maior parte da população, mas a maioria de nós o aciona todos os dias. O tempo todo demandamos suas criações e modelos tecnológicos, seus mercados e modelos de relações entre as pessoas e de aceleração da vida

---

2. LGBTfobia são todos os pensamentos e práticas hostis que afetam social, física e psicologicamente aqueles e aquelas que se relacionam sexo e afetivamente com outros e outras de maneira não cisheteronormativa.

cotidiana. Como vencer essa dependência?

Nas lutas sociais, evocamos o anticapitalismo, tentamos construir ideias e fortalecer práticas não capitalistas. Mesmo assim, me parece que, em algumas circunstâncias, uma radicalidade anticapitalista é mais fácil quando se tem acesso aos privilégios que o capitalismo produz. Noutras palavras: parece que é mais fácil para uma pessoa branca de classe média ou rica – que não vive a profundidade dos desprivilégios e os agudos efeitos das desigualdades no cotidiano – defender medidas radicais anticapitalistas para os mais desprivilegiados. Militantes de movimentos, intelectuais e estudiosos privilegiados pela classe e pela raça têm uma compreensão das questões, mas não carregam o fardo cotidiano de viver na contenção e na negociação permanente e desigual com e para viver no mundo.

Por isso, é preciso refletir sobre o que é esse anticapitalismo, suas abordagens e efeitos numa sociedade estruturalmente dependente, na qual aos mais empobrecidos urge acessar o mínimo, pois precisam de condições de dignidade mesmo na ordem capitalista, tais como educação, saúde, segurança pública, renda, e representatividade política. Mantendo a utopia de transformação da sociedade, o que reconhecemos efetivamente como princípio e necessidade de sobrevivência em diferentes realidades subjugadas ao capitalismo sem sucumbir a ele?

Considerando os entremeios dessas complexidades, que novas elaborações e pensamentos podemos formular sobre a economia? Nossa sociedade colonizada separou a economia das relações políticas e das relações socioculturais, como se fossem coisas descoladas. Precisamos construir outras compreensões sobre a realidade da vida antes que não caibamos mais nela. Urge então revisitar o debate sobre as teorias economicistas, bem como compreendê-las em sua localização histórica. A economia, que é política, também influencia as relações socioculturais e, por vezes, nas múltiplas opressões, que reciprocamente as influenciam. Por isso, esses elementos não podem ser pensados de forma isolada.

Tendo em vista que a vida real é complexa, e crendo que é dela que deve brotar o novo, é importante reconhecer a existência de práticas não necessária ou explicitamente anticapitalistas, originadas da resistência e de pautas legítimas de sujeitos desprivilegiados. Seus exemplos incluem a representatividade negra e de mulheres nos mercados, na política e na gestão pública; as lutas das pessoas trans pelo básico direito à vida, pela inserção básica

no mercado de trabalho e nas diferentes esferas da sociedade; a incidência antipatriarcal, antirracista e contra a LGBTfobia em empresas e corporações.

As trabalhadoras e os trabalhadores, sobretudo negras e negros, também encontram formas de sobrevivência no sistema capitalista. Às vezes um tabu, este debate é sobretudo um ponto de tensão entre as lutas negras e as lutas anticapitalistas. Situada numa permanente exclusão ou inclusão subordinada em relação ao capitalismo, a população negra precisa acionar o mercado e as institucionalidades capitalistas para construir equidade e reparação – o mesmo que ocorre com as mulheres. Precisamos aprofundar o que é o feminismo antirracista e entender o que é o feminismo negro, identificar quando a emancipação das

“

*Precisamos construir outras compreensões sobre a realidade da vida antes que não caibamos mais nela. Urge então revisitar o debate sobre as teorias economicistas, bem como compreendê-las em sua localização histórica. A economia, que é política, também influencia as relações socioculturais e, por vezes, nas múltiplas opressões, que reciprocamente as influenciam. Por isso, esses elementos não podem ser pensados de forma isolada.*

mulheres tem a ver com autonomia financeira e com acesso ao mercado de trabalho, à mídia, ao poder institucional e a outras coisas produzidas pelo capitalismo. Esses processos as situam em condições extremamente desiguais e precarizadas, inclusive em relação às mulheres brancas.

Quando falamos em racismo, machismo e patriarcado, estamos também falando em economia. A formação das classes sociais está marcada pela desigualdade – entre quem tem e quem não tem poder. Tais opressões estão presentes no processo econômico do capitalismo, que se assenta sob a raça e o gênero, mobilizando opressões históricas para

explorar as classes trabalhadoras, ditando e aprofundando as múltiplas “normas” racistas, patriarcais e misóginas para explorar o trabalho. A produção do lucro e da lucratividade é ao mesmo tempo a produção e apropriação das subjetividades e das relações sociais. A dominação econômica é ao mesmo tempo a dominação política, cultural e sexual.

Para pensarmos em outras economias, precisamos debater feminismo e raça. Por exemplo, historicamente se tem afirmado que as mulheres entraram no mercado de trabalho na segunda metade do século XX. Mas isso vale somente para as mulheres brancas de classe média, porque as mulheres negras sempre estiveram no mercado de trabalho, inclusive trabalhando e sendo exploradas pelas mulheres brancas. A experiência do trabalho – da produção econômica – para sustento da vida e do território é uma experiência que as mulheres negras sempre tiveram. Contudo, no construir-se da história, essas mulheres foram destituídas do poder e usufruto da riqueza produzida, enfrentando até hoje as heranças arraigadas dessa destituição.

As atuais reformas do governo golpista (refere-se ao governo Temer) são, antes de tudo, medidas racistas e misóginas – que recrudescem o lugar de precarização da população negra, dos povos indígenas, das mulheres, dos LGBTs. Mas, mesmo nos períodos de “abundância” do capitalismo – na ausência de crises –, esses grupos continuam sendo prejudicados. Por exemplo, no decênio 2003-2013 houve melhorias nos indicadores sociais dos territórios rurais e urbanos – muito por conta das políticas sociais e de distribuição de renda, baseadas numa ideia de conciliação de classes. Contudo, aprofundaram-se o extermínio e o encarceramento da juventude negra e das mulheres negras nas periferias, as remoções para os megaeventos e o avanço de forças conservadoras, moralistas, beligerantes antidireitos, antidiversidade etc. No recente ciclo desenvolvimentista, os povos de comunidades tradicionais são as zonas de sacrifício dos grandes projetos capitalistas – enfrentando múltiplas violências e violações de direitos. Esses projetos e seus agentes são econômica, política e culturalmente dominantes e marcados pela branquitude e heteronormatividade.

Em uma população majoritariamente negra – mais de 50% da população brasileira –, nosso povo tem desde o período colonial necessitado reagir e sobreviver às margens, dos porões dos navios negreiros à senzala, ao quilombo, às periferias e às ruas das cidades. Desconsiderada na construção da nação, a população negra foi legada aos lugares e vidas

precarizadas, criminalizadas, tornadas suspeitas e submetidas ao controle do Estado. Atualmente a economia ilegal – como o comércio varejista de drogas criminalizadas e o exercício do poder através da criminalidade – se torna o destino dos homens negros jovens e adultos. Inferiorizados pelo poder patriarcal branco, acabam exercendo o poder marginal atravessado pela violência, pela criminalização e pelo genocídio das comunidades negras nas cidades e, cada vez mais, no campo. Qual é a nossa possibilidade de discutir com essas pessoas?

Como vamos pensar e construir outras economias? Como a gente vai pensar em formas, jeitos de enfrentar os grandes concentradores de poder político e poder econômico? Será que isso é mesmo possível? Às vezes nos sentimos sem esperança, principalmente em relação às formas de fazer política, com incidência nas grandes mídias para formar o senso comum etc.

Como, para além das nossas pequenas e importantes resistências diárias, podemos enfrentar a macroeconomia? De que maneira nossas experiências afetam, ainda que minimamente, a estrutura capitalista? Quando se discute a economia, a mídia e os economistas são experts em esconder a inserção desse debate na vida cotidiana, a não ser em tempos de crises. Que forças nós temos acumulado para construir outro processo?

É necessário reconhecer que são as mulheres que inventam e reinventam economias não capitalistas, e que estão significativamente presentes em múltiplas experiências econômicas de resistência – intencional ou não – aos ditames do mercado. Não fazem isso para ter lucro, mas para garantir a sua sobrevivência e a dos seus. Isso é uma grande potência que precisa ser afirmada, para reconhecer as mulheres como sujeito e não objeto da economia. A maioria das participantes aqui é mulher. Se este evento fosse uma análise de conjuntura sobre a macroeconomia clássica, provavelmente teríamos uma mesa formada somente por homens brancos intelectuais, e os participantes teriam essas mesmas características. Mas como estamos falando de outras economias, de economia solidária, nós mulheres somos a maioria aqui e isso não é por acaso.

A autogestão, o autorreconhecimento e a auto-organização das mulheres nos territórios deveriam incentivar os homens, desde seu lugar, a se somarem às pautas feministas – são as mulheres quem cuidam das crianças, que ajudam as vizinhas a resolverem problemas, que

cultivam a solidariedade. Os homens precisam se inspirar nesse exemplo, porque não se pode deixar toda essa responsabilidade sobre as mulheres. Os homens têm se colocado “de lado” no debate feminista, como se isso não fosse problema deles, ou como se as feministas fossem o problema. Mas superar o machismo está vinculado à transformação dos homens. Por isso, os homens precisam participar mais, de forma politizada e organizada, por exemplo, no enfrentamento ao “machismo” tóxico.

As relações socioculturais nos tornam gente. Mas a forma capitalista, ao mesmo tempo racista e misógina de nos relacionarmos tem afetado nossos territórios e nossa própria vida cotidiana. Nós, seres humanos, estamos sendo levados a adquirir valores contrários aos direitos do outro – causando violências de todas as formas. Esses valores são estratégicos ao funcionamento do sistema capitalista. Nosso desafio é então criar espaços mais solidários, de cuidado e afeto, capazes de construir novos ideais de felicidade.

Outra questão é como não tendermos à imposição de conceitos – forma de ler o mundo – sobre as práticas dos outros. Isso pode levar a interpretações universalistas que impõem verdades particulares sobre a diversidade – conduta que pode impedir a visibilidade de oportunidades revolucionárias e a identificação das forças das diversidades de sujeitos e práticas transformadoras das desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais.

## *Defender o território-terra e não defender o território-corpo das mulheres é uma incoerência política*

*Lorena Cabnal  
Feminista comunitária, Guatemala*

**S**er mulher, indígena e feminista comunitária é uma provocação. Tudo que vou dizer é uma provocação. Para falar de pensamentos críticos e emancipatórios, vou me auxiliar com alguns elementos e falar sobre cosmogonia, e isso é outra provocação.

[Lorena inicia a construção da linha do tempo das opressões na América Latina – ou Abya Yala, conforme se refere ao Nosso Continente o povo Kuna]. No calendário gregoriano, estamos no ano de 2017, nosso tempo presente. Para o povo maia, estamos no ano 5125. Trata-se de um calendário de memória mais ampla. Há uma diferença substancial em relação ao calendário gregoriano.

Para os povos indígenas, o tempo não é linear; o tempo é circular. No esquema que vamos fazer, representaremos o tempo de forma linear somente para facilitar a nossa dinâmica. Ao final da linha, temos o tempo enrolado na pedra [representado pelo novelo de lã].

Para o povo maia, os k'atun significam treze fios de tempo enrolados na pedra. Isso significa que nossa memória alcança, através da oralidade e dos movimentos astronômicos, uma dimensão bastante ampla.

A cor verde representa o tempo de relação com a natureza (território-terra). Estamos aqui considerando o tempo maia, porque ser feminista e ser mulher indígena nos convida a refletir a partir de que lugar e de que feminismo estamos falando. Como mulher indígena, uma provocação é falar de outro tempo e outro lugar que não me corresponde. Existem feminismos eurocêntricos, brancos, de classe, acadêmicos, hegemônicos etc., os quais fazem uma interpretação das opressões e dos corpos das mulheres no mundo de maneira escandalizada. Para falar de outras economias, é preciso compreender o nosso lugar de denúncia: meu território-corpo e meu território-terra.

Meu local de fala não é a América Latina, porque esse é o nome que o colonialismo impôs sobre todo o nosso território. Eu falo desde Abya Yala, que é o verdadeiro nome desta terra. A cor verde, território-terra, representa então Abya Yala.

As feministas comunitárias na Guatemala – reconhecendo aqui que há diferentes feminismos comunitários em diferentes lugares – acreditam que essa relação harmônica de vida, que foi gerada no mundo pelos nossos ancestrais, se rompeu há alguns milhares de anos, próximo ao ano 2050, considerando o calendário maia. Da mesma maneira, a relação dos corpos também foi rompida. Havia outras relações entre os corpos, porque os povos indígenas acreditam no princípio da pluralidade da vida. Assim, neste mundo, que foi gerado há milhares de anos, não havia corpos de homens e de mulheres, mas a existência do corpo plural.

Esta ruptura acontece porque entre os povos indígenas também há uma forma patriarcal ancestral originária que nasce antes mesmo da colonização espanhola. Esse machismo indígena se expressa de diferentes maneiras e existe até os dias de hoje. As disputas territoriais são um grande exemplo dessa opressão ancestral e originária. O papel das mulheres indígenas na disputa territorial é também uma forma do patriarcado indígena.

Assim viviam os povos em Abya Yala, quando há 526 anos sofremos a colonização sobre a terra e sobre os corpos. Do outro lado do mar, veio uma forma patriarcal diferente – com seu próprio tempo, seu próprio contexto, sua própria maneira. Em barcos, chegaram

até aqui trazendo consigo o machismo colonial patriarcal ocidental.

Deste lado do mundo, não existiam as religiões, não existia Deus, a Virgem Maria nem o pecado. Não existia matrimônio. Não tínhamos um modelo econômico nem a propriedade privada da terra – nada disso existia. Tudo isso veio do outro lado do mundo.

Esse patriarcado europeu não veio sozinho. Muitos anos antes, a Espanha já havia arrancado da África corpos de mulheres e homens negros e os trazido para a escravidão. Não foi perguntado aos corpos negros o que eles queriam fazer – eles não vieram passear no outro lado do mundo. Foram corpos escravizados. Estes corpos negros também trazem consigo uma forma patriarcal ancestral africana.

Quando se juntam essas diferentes formas patriarcais nesta terra, com essas histórias, se forma uma convergência patriarcal: o encontro dos patriarcados indígena, ocidental e africano. E, por isso, é bem difícil ser mulher deste lado do mundo, em Abya Yala. O machismo do homem indígena não é o mesmo machismo do homem branco urbano. O machismo indígena tem fundamentalismo e costumes. E esses também são diferentes do machismo do homem negro. As mulheres que nasceram e vivem nesta parte do mundo sofrem a convergência dessas diferentes formas de opressões.

Essa convergência patriarcal que chega junto com o colonialismo se instala sobre toda a territorialidade de Abya Yala e sobre todos os corpos. Isso nos trouxe outro sistema de opressão. Pela primeira vez, vamos experimentar algo que antes não se vivia aqui: o racismo. A colonização e o racismo se juntam sobre a violência sexual massiva dos corpos de mulheres indígenas e das mulheres negras.

Assim, se cria e se funde um novo modelo econômico sobre os corpos e sobre a terra. Toda a territorialidade Abya Yala vai ser expropriada, bem como os corpos de homens e mulheres indígenas e os corpos de homens e mulheres negras. Compreender essas categorias é importante para compreender a forma de economia que se consolida em Abya Yala, visto que violência sexual, genocídio, saques e invasões são as bases fundantes desse modelo.

Inaugura-se neste território o imperialismo militar. Como mencionamos, já havia em Abya Yala problemas por disputas territoriais, mas ainda não havia imperialismo. Essa forma de violência veio do outro lado do mundo, considerando que os colonizadores já possuíam experiências nessas práticas.

Uma das razões para o nascimento do imperialismo deste lado do mundo se deve à crise econômica pela qual passou a Espanha nos tempos de colonização, acarretando a necessidade de expandir seu comércio. A Espanha virou uma das primeiras potências econômicas mundiais graças ao saqueio e ao despojo das riquezas dos nossos territórios.

Quando se para de pagar os impostos para a coroa espanhola, nascem as fronteiras e, por conseguinte, o Estado-Nação, com forma de organização, idiomas e moedas próprios. O Estado-Nação Colonial é incapaz de resolver os graves problemas que correspondem aos direitos humanos. Ao contrário, ele mesmo viola os direitos humanos e se esquece da natureza. E, como são incapazes de resolver os graves problemas dos direitos humanos, surgem as guerras contra as insurgências.

Na Guatemala, por exemplo, estamos há 36 anos em guerra. Há 21 foi firmado um Tratado de Paz, que nada mais foi do que a transição para uma nova etapa da própria guerra. Os contextos de países como Guatemala, Honduras e El Salvador, bem como dos demais países da América Latina, foram estratégicos para o surgimento do neoliberalismo.

Com toda essa complexidade histórica e estrutural de opressões, não é por acaso que deste lado do mundo existam os maiores índices de feminicídio, com os primeiros lugares mundiais do ranking disputados estatisticamente por Guatemala, Honduras e México.

Contudo, é importante destacar que, por todo esse histórico de violência, deste lado do mundo nascem também, de maneira muito forte, as formas de resistências das mulheres que se indignam e lutam para reivindicar seus direitos. A violência territorial é uma das formas de violência cometidas contra as mulheres e contra os povos. A luta em defesa do território, dos corpos e contra todo esse sistema de opressão que se junta aqui foi atraindo a criminalização e diversas questões judiciais sobre os insurgentes.

Como não vamos estar cansadas, doentes e com desesperança em 2017? Viver deste lado do mundo não é fácil, com todas essas opressões. A linha do tempo que construímos aqui mostra como se configuram as diferentes formas de machismo – lutamos na cama, lutamos na rua, contra os funcionários públicos, com os companheiros das nossas organizações, contra o cacique indígena, contra o Estado – que é colonial, racista, patriarcal, sexista etc. Precisamos lutar o tempo todo e isso cansa muito.

Depois de todo o exposto aqui, podemos voltar para a reflexão sobre a questão central

deste seminário: é possível pensar outras economias sem pensar o machismo, o racismo, o patriarcado, o colonialismo, o neoliberalismo, a globalização? É possível pensar em outras economias sem pensar nos corpos que até hoje estão sendo escravizados?

Ainda há muito o que fazer. Por exemplo, quando denunciemos todas as violências sobre os nossos corpos, os companheiros se afastam. Queremos denunciar as violências cometidas por vários companheiros agressores sexuais dentro dos movimentos mistos. Mas denunciar a violência que acontece dentro dos movimentos é muito difícil. Temos aqui uma grande contradição. Defender o território-terra e não defender o território-corpo das mulheres é uma incoerência política. Se você se indigna contra agrotóxicos, contra os transgênicos, contra a mineração etc. e não se indigna quando uma mulher é violentada, rompe-se a rede de construção de um novo mundo, rompe-se a rede da vida.

A mesma reflexão vale na lógica inversa. Se queremos feminismos que defendam os corpos emancipados, mas esses feminismos não falam de territórios emancipados, então a luta do feminismo não se sustenta. Eu não posso ser feminista se falo da defesa do meu corpo, da sexualidade, mas não defendo a terra. O feminismo precisa defender a terra. Afinal, onde vão viver os corpos emancipados?

O patriarcado não nasceu na natureza, porque a natureza não gera opressão e violência

“ *Defender o território-terra e não defender o território-corpo das mulheres é uma incoerência política. Se você se indigna contra agrotóxicos, contra os transgênicos, contra a mineração etc. e não se indigna quando uma mulher é violentada, rompe-se a rede de construção de um novo mundo, rompe-se a rede da vida.* ”

sobre nossos corpos. E, se o patriarcado foi construído, ele também pode ser desconstruído. Temos que ter muita criatividade política para desmontar todas as formas patriarcais – racismo, machismo, colonialismo – porque essas violências não estão separadas. A raiz dessas opressões começou a ser gerada há milhares de anos. Precisamos chegar nessa raiz. Se só lutamos contra o racismo ou só contra o neoliberalismo – de forma isolada –, lutamos

com base em opressões de apenas um lado da teia da vida.

Aqui em Abya Yala não havia luta de classes, não havia ricos e pobres. Se me perguntam se sou pobre, digo que não sou pobre. Sou empobrecida, e isso é diferente. Se me perguntam pelas minhas riquezas, eu falo de minha avó, que foi médica ancestral, falo de minha mãe, que foi “erveira”. Se me perguntam se tenho consciência das fases da Lua, falo dos ciclos de semeadura e de colheita e do vínculo delas com meus ovários – e digo que tudo isso tem a ver com o calendário maia. Essas respostas são uma grande provocação.

O feminismo comunitário é também muito espiritual porque interpela todo esse processo de mercantilização da vida sobre a terra e sobre os corpos. Temos muito medo de envelhecer, porque quando velhos somos excluídos do sistema e convencidos por ele de que já não servimos mais. É muito forte esse prazo de validade que o sistema nos coloca. Nossos corpos suportam todas essas opressões.

Por tudo isso, para terminar, deixo uma questão para refletirmos juntas: que ações podemos fazer para descolonizar, despatriarcalizar e descapitalizar nossos territórios-corpo e territórios-terra?

## > *Reflexões Coletivas* <

- A indignação é a mola que leva a gente lutar, a não ficar parada. Sem essa indignação, nós não estaríamos aqui. Por isso é importante nos indignarmos, para que a gente faça alguma mudança, ainda que seja pequena. A expressão “ficar puta” é muito interessante para a gente refletir. Aqui entendendo a origem da palavra puta de forma bem significativa – seja a puta que está na rua, seja aquela sacramentada pelo casamento. A puta entende que não é errado ter o próprio dinheiro, que é capaz de administrar a própria vida e que não é errado ter autonomia financeira. Por isso, precisamos nos indignar, “ficar putas” com este sistema.
- Não dá para dissociar a questão econômica da questão social e cultural. Tive o prazer de conhecer este ano o Quilombo Santa Rosa dos Pretos, localizado em Itapecuru Mirim (MA), que está resistindo bravamente à mineradora Vale. A Festa do Divino é um evento muito forte para a comunidade, e há grande solidariedade e colaboração comunitária para garantir a festa. Tem a promessa ao Santo, tem muita comida, gasta-se muito dinheiro e todo mundo da comunidade se sente no dever de ajudar a festa acontecer. Tem aquele que lava a louça, que contribui com dinheiro – cada um ajuda como pode. O retorno para a comunidade não é só financeiro, é a alegria também. Quem pensa em retornar a alegria para a sua comunidade? Isso é pensar em outras economias, em relações que não são somente monetárias.
- Fortaleza é uma das cidades mais violentas do Brasil. Há um grande índice de violência contra as mulheres no estado do Ceará. Isso considerando somente os dados oficiais, porque há muitas formas de violência que não são contabilizadas. Eu me pergunto: por

3. Essas reflexões são frutos do debate ocorrido após as duas provocações durante o Seminário Outras Economias, logo, expressam falas diversas das pessoas presentes, em sua maioria mulheres.

que os homens matam e violentam as mulheres? Que modelo de sociedade é esse que permite que, em pleno século XXI, mulheres sejam violentadas e assediadas dentro de suas próprias casas? A gente abre o jornal e é só desgraça. Isso precisa mudar. Mas, para todos os efeitos, o PIB do Ceará continua crescendo.

- Desafio os homens a se somarem às lutas para ajudar as mulheres. Homens esperam que as mulheres digam o que eles devem fazer para serem pessoas melhores. Não adianta fazer trabalho de base fora, ser militante e em casa ter uma relação opressora com a sua companheira. Aqui a gente volta para a história da economia. A sociedade está onde está porque as mulheres foram historicamente exploradas pelo “bem da economia”. A economia e o sistema financeiro se montaram em cima da opressão e da violência às mulheres.
- Precisamos pensar solidariamente. O corporativismo tira toda a essencialidade dos conceitos que a gente criou e materializou. Agora as palavras não têm mais sentido, ele nos foi roubado. As palavras agora têm preço – sustentabilidade, economia verde, “agro é pop” – tudo isso nos foi roubado. E nós, sobretudo nós mulheres, continuamos desunidas e afastando quem pensa diferente da gente. Muitas mulheres ainda dizem que não são feministas. Como construir um feminismo que dialogue?
- Como nos tornar anticapitalistas morando num lugar que não nos permite nem pensar nessa possibilidade? Em Campo Grande, Rio de Janeiro, por exemplo, área de grande militarização, como não compactuar com isso? Não tem como pedir internet de outro lugar porque a rede está na mão da milícia, assim como a televisão, o gás etc. Ficamos o tempo todo pensando em como não compactuar com esse sistema. Mas não dá para não pegar o mototáxi, não pegar a van etc.
- Ser anticapitalista no dia a dia é pensar na agroecologia, que é um desafio enorme, mas é um caminho. É mobilizar gente desmobilizada – um trabalho no miúdo, mas necessário. É valorizar a participação da juventude, principalmente dos garotos, aqui presentes. Essa é a força que a gente tem. Esses meninos não escutam falar disso em lugar nenhum, então é muito importante que eles estejam aqui ouvindo tudo que a gente está falando, para mudarem suas práticas – para serem homens melhores.

- Quando a gente pensa a economia parece que está falando de uma coisa muito grande. Mas quem entende de economia são as mulheres. Nas ações do dia a dia, são as donas de casa que têm que fazer aquele salário dar para o mês inteiro, comprar o gás, fazer compra, remédio das crianças etc. A economia é política, ela faz parte do nosso cotidiano. O desenvolvimento precisa ser pensado de outra forma. O Rio de Janeiro é um bom exemplo para questionar esse modelo de desenvolvimento capitalista – o estado investiu nas políticas de remoção para receber os maiores eventos do mundo e, no entanto, está falido.
- Pensando nas práticas de resistência, eu tenho ficado bastante empolgada com as hortas urbanas, que vêm mudando as coisas nas periferias, e alguns coletivos que atuam em espaços pequenos. São diversas atividades acontecendo nas universidades, nos bairros – e são coisas que a gente não via muito antes. Além disso, nosso desafio é romper com esse vício de linguagem da esquerda. Precisamos remodelar nossa forma de falar, nosso jeito de fazer. Pensar saraus, atividades culturais como formas de resistência.
- Precisamos falar também sobre o quanto o trabalho doméstico influencia na economia. Quando a economia vai mal, em momentos de crise, a primeira coisa que as mulheres fazem é trabalhar fora – dinâmica “normal” – e, no fim de semana, ainda fazem um bico para ajudar na renda. Não podemos viver só para trabalhar. Temos que cuidar do nosso lazer, da nossa saúde, da nossa hora de namorar, ter tempo para visitar a família e os amigos, momento de descanso, de leitura. Isso tudo tem que ser tão importante para nós quanto a hora de acordar para ir trabalhar. O trabalho doméstico produz riqueza para o capitalismo. Esse trabalho é uma forma de exploração. Nesse ambiente do lar é onde ocorrem as violências contra as mulheres, a homofobia etc., então precisamos olhar para esses espaços de trabalho doméstico e para o ambiente doméstico em si, porque esse é um espaço de sobrevivência e resistência cotidiana das mulheres.
- É muito importante garantir processos de politização nas bases como estratégia para gerar outras relações e processos de transformação mais eficazes. Como as mulheres, sobretudo as mulheres negras, resistem nas bases? Vivemos cotidianamente um processo de apagamento das nossas histórias. A relação das mulheres negras com a casa é diferente



do papel das mulheres brancas. De que maneira nossas histórias – enquanto mulheres negras – são construídas? Elas realmente importam? De que maneira conseguiremos avançar e diminuir essa distância toda? Nossas trajetórias de vida são marcadas por uma história que não é reconhecida – o não reconhecimento de que somos um povo, de que temos uma história. Por isso precisamos de uma retratação histórica para construir essa nova economia.

- Às vezes a gente fala do trabalho doméstico, mas nos esquecemos de uma parcela das mulheres que não servem nem para isso. A mulher que saiu do presídio ou que está em situação de rua está bem longe de ser contratada, ainda que seja para ser empregada doméstica. É muito difícil encontrar um coletivo ou organização que se propõe a fazer trabalho de base dentro dos presídios. Nem as mães se fazem presentes lá. As brancas que estão nos presídios não estão lá porque roubaram para comer ou para alimentar o filho. As mulheres brancas que estão nos presídios estão lá pela ganância, pela fortuna. Então precisamos pensar em como formar politicamente as mulheres presidiárias.
- Abraçar quem já está próximo, na luta, é muito fácil. Mas até quando vamos formar as mesmas pessoas? Quando vamos formar as mulheres negras das periferias? Dos presídios? Como alcançamos essas mulheres? Como mostramos para elas que elas não estão sozinhas? No presídio feminino, não existe visita íntima. Então, tem um debate de solidão e sofrimento das mulheres negras bem para além do que a gente imagina. Como a gente faz uma discussão de aproximar as mulheres que nem para empregada doméstica servem – estão numa fase de destruição do machismo e do capitalismo que as tiram totalmente das suas dignidades? Não podemos esquecer essas mulheres que todo mundo já esqueceu.
- A diferença de uma atitude individual para uma atitude coletiva – a importância do trabalho de base. As mulheres lutam contra o machismo desde sempre. Quais são as formas de derrubar o sistema? Quem determina os padrões econômicos no Brasil e no mundo? São os homens, brancos e ricos, quem dominam a economia. Por isso, precisamos formar as mulheres, fazer com que as mulheres protagonizem a política, a economia etc. Mas de que forma? É um trabalho de formiguinha.

- Quando usamos a palavra hegemonia para nos referirmos ao sistema capitalista, acabamos legitimando esse modelo e desconsiderando outras formas de fazer economia. Também pela epistemologia da palavra, a gente nota que o que está em jogo nessa disputa ideológica é a nossa forma de viver, de fazer política, de ter fé etc. A gente pensa que sempre foi assim, que não há o que fazer. Temos muito essa sensação, e é exatamente isso que o capitalismo quer: que a gente pense que não há outra alternativa. Por isso, é preciso conhecer e combater radicalmente o capitalismo, não há outro caminho para nós.
- Será que a gente reivindica ou não que existam políticas públicas para as mulheres negras? Precisamos pensar a forma como as mulheres negras e indígenas foram inseridas nesse sistema. Em alguns momentos, nós, negras e negros, somos importantes para o capitalismo; outras vezes, não. Nós não estamos nas universidades, nos cargos de gerência, de bons níveis de consumo, de qualidade de vida. Mas somos “hegemonia” no sistema carcerário, nas periferias – aí estamos nós. Para gerar estatística para o Estado, a população pobre é interessante, mas, para ir à praia em Copacabana, não.



## **Sanación: prácticas de cura para o corpo, para a alma e para o mundo**

### *Sanación, bem viver e a rede da vida*

*Lorena Cabnal  
Feminista Comunitária, Guatemala*

**N**ão se pode fazer uma análise parcial do impacto do modelo capitalista neoliberal sobre a vida dos povos ancestrais e originários em Abya Yala se não se relaciona e concatena com as opressões fundantes do sistema patriarcal, colonialista e racista sobre os corpos e sobre a terra, porque o antecedem em sua fundação. Quando chegamos em uma comunidade indígena, temos que chegar com o código indígena. Não vamos falar de gênero, patriarcado ou machismo numa comunidade indígena porque essas categorias não existem para esses povos. Agora se falamos de libertação e defesa do território-corpo e território-terra, a história muda. Até a Marcha Mundial das Mulheres já incorporou essa pauta.

O feminismo comunitário é territorial. Nosso território recebeu o nome de Abya Yala pelo povo Kuna – povos indígenas que viviam no território que hoje corresponde ao Panamá, Colômbia e Costa Rica e cujo nome significa terra de sangue vital. Essa denominação surge de um acordo continental entre os povos originários, como forma de evidenciar a luta pela resistência no território, a memória dos povos ancestrais e a defesa da terra.

Abya Yala é o sangue que corre livre pela terra, como a menstruação das mulheres

(*mujeres lunando*). O sangue não tem fronteiras; ele é livre. O povo Kuna colocava a mão no corpo das mulheres para sentir Abya Yala. Por exemplo, quando uma árvore estava triste – para o povo Kuna as árvores também têm sentimentos –, as mulheres ancestrais conversavam com ela e colocavam nela o sangue livre que corre pelo território-corpo. A vida ser cíclica é toda a cosmovisão dos povos ancestrais. Toda a vida está relacionada, ligada. Não é algo dividido entre antes e depois de Cristo.

Nosso pensamento, em toda a vida, é um pensamento circular. Tudo o que existe é circular. Nesse pensamento existe a vida ligada às árvores, com as fases lunares, os calendários solares – os quais foram construídos a partir do corpo das mulheres. Quando se perde a cotidianidade de nos relacionarmos com os elementos da natureza, dos cosmos – por exemplo, saber responder onde nasce o Sol –, o sistema capitalista patriarcal nos venceu.

A rede da vida na língua maia quiché se diz *tzk'at*. Não existe filosofia no idioma indígena, e observe que em todas as universidades do mundo há muitas filosofias sobre os territórios indígenas. Os povos originários não têm filosofia, o que há aqui é cosmogonia. Qual a interpretação que fazemos diante da vida? Como olhamos para a vida? Como sentimos a vida, nós, os povos ancestrais?

Imaginemos que a rede da vida é uma grande teia de aranha na qual se encontram todos os elementos do cosmos necessários para prover a energia vital de existência. Então, nessa imensa teia da vida estão o Sol, a Lua, o ar, o fogo, as árvores, as montanhas, outros planetas etc. A Terra não é a rede da vida; ela está inserida como parte dessa rede, mas não é sua totalidade.

Na rede da vida estão também as espiritualidades, os saberes, os corpos – não corpos de mulheres ou homens, mas corpos plurais. Na rede da vida não existe dicotomia – branco-preto, dia-noite, homem-mulher. Existe pluralidade. Um princípio da cosmogonia é a pluralidade da vida.

O mundo em que vivemos hoje, em que nascemos, é muito diferente do mundo que herdamos, porque este mundo está inserido na rede da vida que foi quebrada. O que rompeu a rede da vida?

A rede da vida se rompeu pela trama das opressões históricas estruturais construídas sobre o território-terra e o território-corpo. Isso já vem acontecendo há muito tempo.

Por isso, para compreender o que estamos dizendo aqui, é necessário abrir nossas mentes para outras epistemologias, para outras formas de saber, de pensamento. Estamos rodeados por muitas razões, muitas teorias. O pensamento indígena não teoriza. Não construímos categorias de pensamento, como faz o pensamento positivista. O pensamento positivista cria um método científico para validar o conhecimento. Os povos ancestrais, povos indígenas, constroem saberes de acordo com o que sentem, e não com o que pensam – é uma relação de cosmo-sentir – cosmopensante. Ou seja, é um sentir pensante. Essa ideia rompe com a lógica da filosofia que diz “primeiro penso e, somente por isso, existo”. É outro lugar de construção dos conceitos.

“

*Na rede da vida estão também as espiritualidades, os saberes, os corpos – não corpos de mulheres ou homens, mas corpos plurais. Na rede da vida não existe dicotomia – branco-preto, dia-noite, homem-mulher. Existe pluralidade. Um princípio da cosmogonia é a pluralidade da vida.*

Antes da colonização, já havia problemas, como o patriarcado ancestral originário. Muitas das construções teóricas que hoje temos estão impregnadas desde a cabeça, e é desse lugar que precisamos fazer a transformação. Precisamos mudar nossa forma de pensar, de ler o mundo. A luta pela transformação da realidade não é só uma luta feminista, ou de ecologia política: é também uma luta espiritual. Nós, mulheres indígenas, defendemos que temos que fazer a transformação de todo o corpo – com o que pensa, com o que sente, com o que se espiritualiza. Há muitas razões que nos deixam doentes, porque também temos muitas formas de violência sobre os corpos e os territórios. Todas essas opressões dão muita desesperança ao território-corpo. Os nossos corpos carregam as dores da história.

A colonização tem, com o auxílio de suas religiões e com o pensamento único

do mundo, dominado os territórios-corpo e territórios-terra. As religiões exercem essa dominação quando têm poder sobre a terra e sobre os corpos. A colonização é uma forma de violência, impondo poder contra a terra e os corpos. Aqui, no Brasil, quantas colonizações existem e nos pesam sobre a história de nossas vidas e de nossa existência? A terra é outro ser. Nós comemos a comida da terra, respiramos seu ar, bebemos sua água etc. Por isso, não podemos falar de feminismos simplesmente de uma maneira teórica, somente considerando o território-corpo; precisamos sentir e pensar a terra. A racionalidade construiu os Direitos Humanos. Mas e os direitos da terra? A terra também não é um ser vivo? Reconhecer os direitos da terra é uma luta ancestral dos povos originários.

Como vimos em minha primeira fala, antes da colonização já existia aqui uma forma ancestral originária de patriarcado: o machismo indígena. A colonização espanhola trouxe consigo os corpos negros escravizados. E, junto com esses corpos negros, veio também o patriarcado ancestral africano. O capitalismo surge deste lado do mundo de maneira diferente. A colonização gera uma convergência, um nó, das diferentes formas patriarcais de onde nasce o racismo. Dessa violência nasce a mestiçagem.

É nessa rede da vida “rompida” que nossos corpos vão nascer. É olhando para essa maravilhosa rede da vida, sobre a qual estamos refletindo, que faço uma provocação sobre questões do cotidiano. As formas de vida dos povos ancestrais podem ser conceituadas em diferentes idiomas, tais como: bem viver (em português), *buen vivir* (em castelhano), *Suma Qamaña* (em aymara), *Sumak Kawsay* (em quéchua) etc. O nome *buen vivir* ficou insuficiente para falar de algo que é muito mais amplo. Não existe uma forma de vida que seja idêntica – há pluralidades, por isso, falamos *buens vivires* – no plural. É complexa a tradução da cosmogonia para o castelhano, sobretudo porque o castelhano é uma língua muito masculinizada.

Estamos falando muito de bem viver porque também se coloca muito fundamentalismo nesta interpretação. Mas o *buen vivir* é liberdade. Por exemplo, muitas mulheres indígenas estão lutando para serem dirigentes em suas comunidades, porque as comunidades são majoritariamente masculinas. O *buen vivir* se faz na vida cotidiana; não é teoria. Falamos aqui de todas as opressões, tristezas e violências. Para conquistarmos o *buen vivir* e nos livrarmos do capitalismo, precisamos de harmonias, precisamos nos livrar de nossas dores.

Assim, quando se movem muitos sentimentos para que meu corpo não se sinta cansado, as relações com os elementos do cosmos estão canalizadas.

Eu não acredito em bem viver com fundamentalismo; o *buen vivir* é livre. É liberdade para as mulheres. Olhem que maravilhosa é a união do mel com o limão e o bicarbonato. Eles ajudam a regular o suco gástrico. Sempre temos que ter um pé de limão em casa. Isso é *buen vivir*. O bem viver se come, se chupa, se abraça. Ele não ocorre somente na racionalidade; não podemos encontrá-lo em oficinas, seminários, congressos, livros etc. Ele está na vida cotidiana, como o mel, o bicarbonato e o limão.

Precisamos questionar o desenvolvimento. O desenvolvimento não existe na rede da vida. Para falar de economias emancipatórias, temos que questionar o colonialismo, o machismo, o racismo, o patriarcado. Se a economia não questiona isso, não estamos falando de economia emancipatória – economias feministas emancipatórias. Para construirmos formas emancipatórias de economia, temos que manter nossos corpos e mentes sãos. Se os corpos das mulheres se acabam na rede da vida, se acaba a vida, e o mesmo serve para os corpos dos homens. Por isso, mulheres e homens precisam se purificar na rede da vida para se livrarem do patriarcado e de todas as formas de opressão. Isso é *sanación*.



## **Campo e cidade: como enfrentar o debate atual nesses espaços de produção de viver?**

### *Financeirização da terra: campo-cidade hoje e o conceito de bem viver*

*Karina Kato  
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*

**G**ostaria de trazer dois eixos para a reflexão sobre as relações entre campo e cidade: (1) O que é o rural e como ele aparece nas definições estatísticas? Vivenciamos o fim do rural? (2) Quais os processos contemporâneos que trazem novas formas de conexão do rural com o urbano e promovem a crescente mercantilização da terra e da natureza? E quais os desafios que estão postos para o rural no futuro próximo?

Para pensar o rural e sua incorporação por políticas públicas no Brasil, precisamos antes de tudo definir o que é este rural a que estamos nos referindo. O rural deve ser definido sempre com relação ao processo histórico do desenvolvimento capitalista; ele é historicamente datado. À medida que o capitalismo avança, o rural vai adquirindo novas roupagens, novas características. Em tempos recentes, a definição do rural passou a ser crescentemente disputada. Movimentos sociais buscam, de diferentes maneiras, ampliar a

definição de rural para além do rural produtivista, agropecuário. Contrapõem a diversidade do rural como espaço de vida, de pertencimento e de construção de novas formas de relação homem-natureza à figura de um rural produtivista e setorial, local de produção.

Em termos históricos, nossa sociedade tem bases agrícolas. Com a industrialização brasileira, a partir da substituição de importações (1930-1940), temos uma mudança significativa nessa dinâmica. O rural, que até então era definido como a área de concentração da agricultura, acaba subordinado à indústria e ao projeto de industrialização: como fornecedor de matérias-primas, gerador de divisas, provedor de alimentos e garantidor da disponibilidade de mão de obra nas cidades. A agricultura passa a ser valorizada a partir de um recorte produtivo e agrícola, por sua importância para o desenvolvimento industrial

“

*Logo, não se pode falar de um rural, mas de muitos rurais. São construções sociais, econômicas, culturais que dão forma aos territórios rurais e que variam enormemente de acordo com o contexto no qual se desenrolam. O rural como um lugar de produção, mas principalmente como um lugar de vida.*

nas cidades. O rural está, portanto, ligado de forma pejorativa ao atraso. O rural tende ao desaparecimento com a modernização e a industrialização.

É preciso lembrar que a definição de rural não é neutra. Ela determina os horizontes para se pensar o rural, determina sua importância na sociedade, define as políticas públicas que lhe serão direcionadas e o próprio caminho do desenvolvimento. A importância e o lugar do rural estão relacionados a seu papel na sociedade e seu lugar no futuro que queremos construir. Na lógica do desenvolvimento capitalista, o atributo do rural é ser produtivista, descolando-se de um lugar de vida para ser um lugar apenas de produção.

Esse rural hegemônico, não raro, é um ambiente sem gente e de produção, que, na medida em que se “desenvolve”, avança e anula outras formas de ruralidade.

No Brasil, se formos pensar numa trajetória de longo prazo, até os anos 1980 isso foi muito marcante, tendo a política de créditos como uma estratégia central impulsionadora da modernização da agricultura e da crescente integração agricultura-indústria. A financeirização resulta desse processo, que, a partir do pacote tecnológico da Revolução Verde e do crédito, buscava modernizar a agricultura e fortalecer a monocultura exportadora. Trata-se, como defendem as leituras de cunho marxista, de um processo contínuo de aumento da fenda metabólica, de aumento da distância da relação do homem com a natureza e de aproximação da agricultura com os processos industriais. Cada vez mais, as tecnologias e os insumos são usados para ampliar o controle sobre a produção e contornar os processos naturais aos quais a agricultura está sujeita.

Durante toda a década de 1980, nossa economia passou por um período de ajuste estrutural, com a redução do Estado e a mudança das políticas públicas voltadas para a agricultura, diminuindo o crédito. Entretanto, logo as políticas de ajuste estrutural e a necessidade de equilibrar nossa balança comercial deficitária colocaram a agricultura de larga escala – que hoje conhecemos como o agronegócio – como gerador de divisas e “grande salvador” do balanço de pagamentos. Alguns autores chamam a atenção para o fato de que a dívida é uma estratégia disciplinadora, preparando o contexto para a ampliação dos mercados e o avanço da financeirização da terra. É a economia do agronegócio, que resulta em seu fortalecimento político e econômico.

Contudo, no processo de redemocratização do final da década de 1980, movimentos sociais, sindicatos e organizações da sociedade civil passaram crescentemente a ser organizar na disputa por novas ruralidades, por novas formas de existir e de olhar para o rural. As discussões em torno da Constituição Federal de 1988 foram particularmente importantes para fortalecer ideias como a segurança alimentar, o direito de povos originários, a reforma agrária, e a função social da propriedade. Ainda que as estatísticas oficiais continuem a quantificar o rural como resíduo, as políticas públicas vão apropriando diferentes formas de ruralidade.

O termo ruralidade, em essência, corresponde às formas diferenciadas de relação com

a terra e com os recursos naturais, de produção do espaço, de constituição de laços sociais e culturais que se desenrolam no meio rural. Logo, não se pode falar de um rural, mas de muitos rurais. São construções sociais, econômicas, culturais que dão forma aos territórios rurais e que variam enormemente de acordo com o contexto no qual se desenrolam. O rural como um lugar de produção, mas principalmente como um lugar de vida. O rural, portanto, não se resume a uma lógica produtiva e setorial, mas revela um leque diversificado de relações com a natureza e com o tecido social, diferente do urbano. Toda essa reflexão amadurece e se fortalece ao longo da década de 1990, influenciando as ações do Estado, que por sua vez se convertem em políticas públicas que passam a fortalecer outros rurais. A Via Campesina, por exemplo, é uma protagonista nessa luta pela valorização de novos tipos de ruralidade, pautados na soberania alimentar dos povos.

A leitura hegemônica, simplista, associa o rural à agricultura, considera-o algo residual e prega que sua tendência é desaparecer. Grande parte das estatísticas atuais se apressam em mostrar que desde a década de 1970 a população urbana vem crescendo e hoje é significativamente maior que a população rural. Mas todos esses cálculos dependem da forma que se mensura e dos indicadores usados para mensurar o meio rural. Isso está atrelado a uma forma de interpretação que não está descolada da ideologia da modernização e da industrialização. Estudos procuram problematizar a forma de mensurar e denunciar os problemas do rural definido como aquilo que não é urbano. Normalmente, o urbano é classificado pela concentração de população e/ou por definições administrativas que nada têm que ver com suas características. Essa visão reduz o rural à produção agropecuária e ao que não é cidade.

Um estudo recente, por exemplo, questiona as definições oficiais em diversos países, normalmente de cunho meramente administrativo. Os autores procuram ampliar a forma de identificação do rural e encontrar indicadores compatíveis com suas características: a combinação de menores densidades e maiores distâncias com relação aos centros urbanos. Ferranti et al. (2005) evidencia que a população rural, que corresponde a 24% da população nas estatísticas oficiais, passaria a 42% se considerássemos outros elementos na sua caracterização. Ou seja, quase dobraria a população rural.

No Brasil, a definição do rural é dada pelo aspecto administrativo, ou seja, é uma

definição legal e residual: aquilo que não é urbano. No governo de Getúlio Vargas (1930-1945), houve uma tentativa de regulamentação da divisão territorial. Com a criação do Decreto-Lei 311, de 02 de março de 1938, o Estado passou a reconhecer as cidades como meio urbano, sendo rural o que sobrava.

A coleta de impostos, adicionalmente, desempenhou um papel importante. Os municípios passaram a ser responsáveis pelo imposto predial e territorial urbano (IPTU), e o Governo Federal pelo imposto territorial rural (ITR). Isso incentivou os governos locais a reduzir o rural e ampliar as áreas urbanas, ainda que mantivessem pouca relação com a urbanização ou com um ambiente urbano, para aumentar sua base de arrecadação.

“

*A partir dos anos 2000, com a valorização do preço das commodities e com a consolidação de modelos neoextrativistas na América Latina, observamos um fortalecimento e uma maior valorização do rural produtivista, pautado na produção agropecuária e, em particular, no agronegócio. Todos esses processos culminam na valorização da terra, no crescimento acelerado dos negócios com a terra, na maior concentração da propriedade, na privatização de bens comuns, no avanço das corporações no meio rural.*

Para auxiliar na divisão, alguns dispositivos foram criados: o primeiro foi associar o urbano a qualquer infraestrutura – mesmo um meio-fio. Isso acentuou a visão do rural como o atraso e a ausência de infraestrutura. Tudo isso acabou maquiando e reduzindo a importância da área rural e da população rural nas estatísticas, as quais justificam a repartição de recursos e a elaboração de políticas públicas.

Recentemente essas visões residuais do rural vêm sendo repensadas. A figura 2 mostra as diferentes formas de olhar para o rural em diferentes organizações internacionais: a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (*Food and Agriculture Organization of the United Nations* – FAO) e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE). Logo, a conceituação de rural e ruralidade vem ganhando relevância no Brasil e no contexto internacional, consolidando diferentes tipologias e conceitos de rural, que procuram exaltar sua diversidade e promover sua revalorização na sociedade.

“

*A partir dos anos 2000 e diante de um período de crise financeira, ambiental, energética e alimentar do sistema capitalista, observamos uma crescente disputa e corrida em torno de recursos naturais, colocando a terra no centro da agenda dos Estados, das corporações (grupos econômicos) e do sistema financeiro.*

Visto isso, ao contrário do que as estatísticas oficiais costumam dizer, podemos extrair que o rural está longe de desaparecer, que é diversificado e que segue importante em nossa sociedade. Não há um tipo de rural, mas diferentes formas de rural. Essa diversidade é enriquecedora.

Aqui corto para processos mais recentes que incidem e tencionam o rural e sua diversidade. A meu ver, esses processos condicionarão o rural no futuro próximo. A partir dos anos 2000, com a valorização do preço das commodities e com a consolidação de modelos neoextrativistas na América Latina, observamos um fortalecimento e uma maior valorização do rural produtivista, pautado na produção agropecuária e, em particular, no agronegócio. Todos esses processos culminam na valorização da terra, no crescimento acelerado dos negócios com a terra, na maior concentração da propriedade, na privatização de bens comuns, no avanço das corporações no meio rural.

Na literatura contemporânea, diversos autores têm usado o termo *land grabbing*, *water grabbing* ou *green grabbing*, para se referir a este processo recente de valorização da terra, da água e dos recursos naturais. A partir dos anos 2000 e diante de um período de crise financeira, ambiental, energética e alimentar do sistema capitalista, observamos uma crescente disputa e corrida em torno de recursos naturais, colocando a terra no centro da agenda dos Estados, das corporações (grupos econômicos) e do sistema financeiro.

Essas disputas ameaçam e pressionam ruralidades alternativas, pautadas por novas formas de relação homem-natureza. Atores diversificados, que até então não eram ligados ao mundo rural – como fundos soberanos, fundos de pensão, empresas de energia – avançam sobre o meio. É nesse cenário, que inclui uma crescente financeirização do mundo, que podemos compreender fenômenos contemporâneos que permitem, por exemplo, que professores universitários de Nova Iorque, nos EUA, comprem e invistam em terras do Maranhão. Isso tem como contrapartida a mercantilização da terra e de recursos, a expulsão de diversas famílias de seus territórios e uma reconcentração da terra no Brasil.

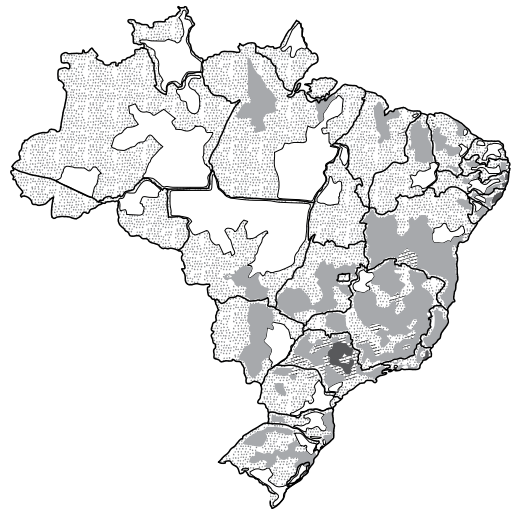
A financeirização da agricultura transforma a terra num ativo e a agricultura numa atividade controlada pela lógica econômica e financeira. A terra se torna mercadoria, a agricultura meramente um investimento. A ideia de culturas flexíveis – *flex crops*, como soja e cana – é um exemplo de acentuação desses fenômenos. São culturas rapidamente direcionadas para diversos mercados e fins, que se adaptam aos planos e objetivos de valorização financeira. A soja, por exemplo, é rapidamente direcionada para a produção de ração, de agrocombustíveis (biodiesel) e de óleo, por exemplo, o que garante lucratividade e facilidade de acessar um ou outro mercado.



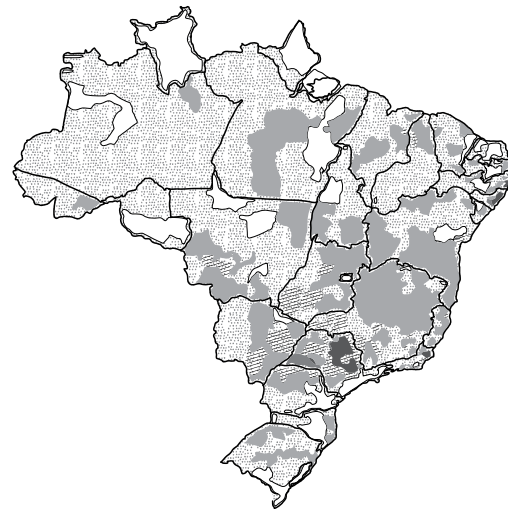
# Área de plantio de cana de açúcar no Brasil (em hectares)

1980-2009

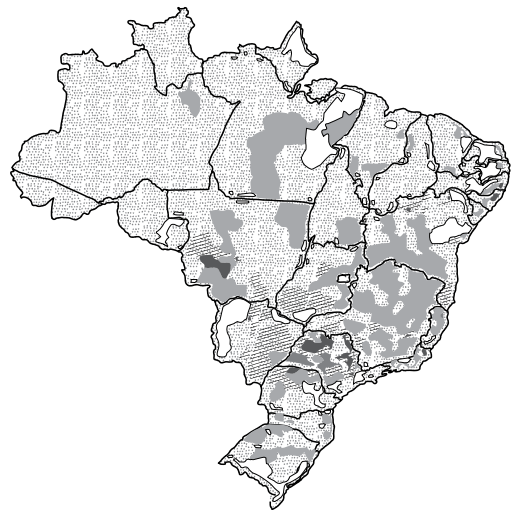
1980



1990



2000



2009

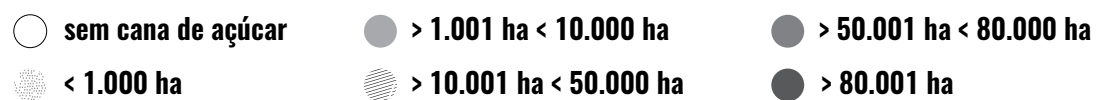
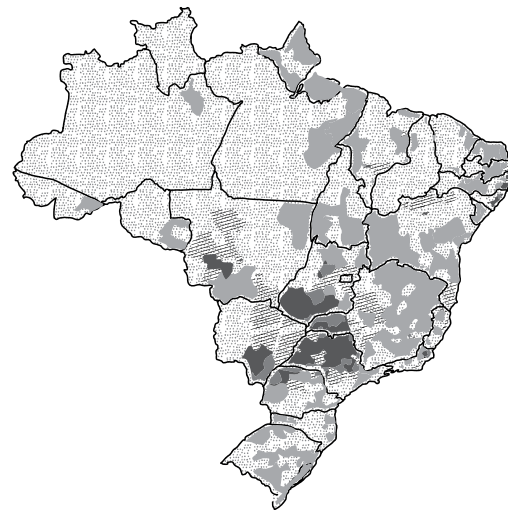


Figura 2: Expansão da cana-de-açúcar no Brasil (em hectares). Fonte: GEMAP, CONAB e PAM-IBGE (2016).

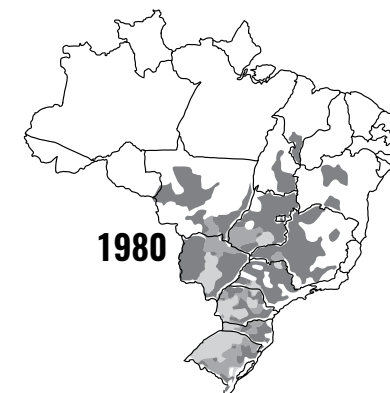
# Área de plantio de soja no Brasil (em hectares)

1973-2014

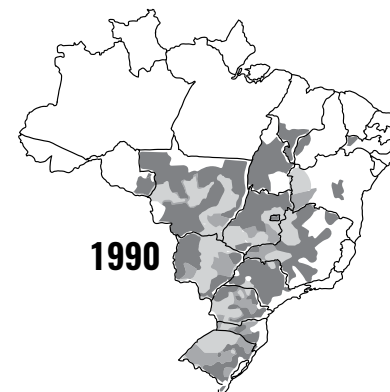
1973



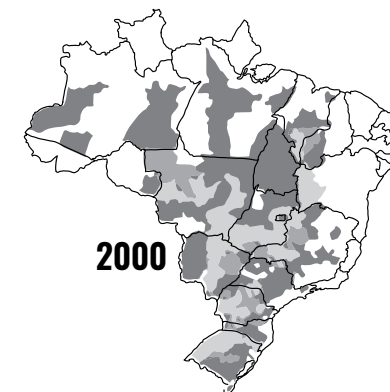
1980



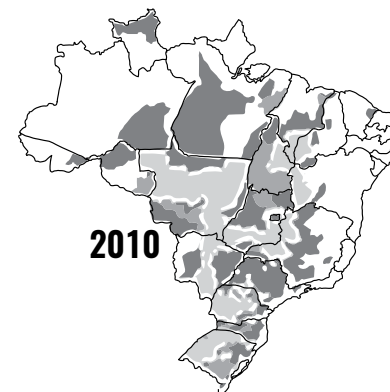
1990



2000



2010



2014

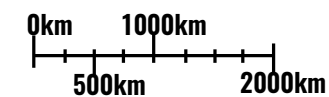
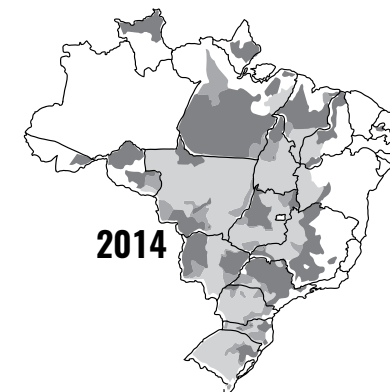


Figura 4: Expansão da cultura da soja no Brasil (em hectares). Fonte: GEMAP, CONAB e PAM-IBGE (2016).

Com isso, a agricultura passa a se encaixar de forma mais automática às equações de lucros das empresas. Soma-se a isso o debate sobre a infraestrutura e a logística para escoamento das mercadorias, que produz novas formas de conexão do rural com o urbano, além de fomentar a abertura de novas fronteiras agrícolas ou minerais. A logística abre novas áreas de território para a produção, torna a terra mais atrativa, facilita o escoamento. Ainda que seja alardeada, em muitos lugares, como a chegada do “desenvolvimento” para a população, essas infraestruturas em muitos lugares têm operado como um fator que altera a lógica do território, cujo funcionamento passa a girar exclusivamente em torno do deslocamento de commodities e das dinâmicas dos mercados internacionais.

As estatísticas recentes e a espacialização da cultura de soja e de cana-de-açúcar nos dão um exemplo de como essas transformações se acumulam e se aceleram. O agronegócio – um setor bastante importante para o capitalismo brasileiro – representa bem as novas formas de conexão entre rural e urbano. Ele tem sido um vetor importante de fortalecimento de um rural produtivista e sem gente, assim como de um meio urbano cortado por estruturas logísticas e inchado por pessoas expulsas do campo. As figuras abaixo revelam, por exemplo, o avanço da produção canavieira no Centro-Oeste do Brasil no período de 1980 a 2009 e da produção de soja no período de 1973 a 2014 do Sul ao Norte e Nordeste do País – região que hoje chamamos de Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia).

Pelas figuras, vemos como essa agricultura empresarial, monocultora e produtivista avança no território, tensionando e empurrando outras formas de ruralidade. Quais objetivos impulsionam essa corrida por terra? São várias as explicações. A produção de grãos e de cana para o atendimento da indústria e para exportação é uma das principais, e vem ganhando força nos tempos recentes. Observamos uma primarização de nossa pauta exportadora: concentração de nossas exportações em produtos primários. Mas outras razões se somam: o crescimento da preocupação ambiental, a busca por áreas verdes e pela conservação da biodiversidade (economia verde); o aumento da produção de agrocombustíveis; a busca de alternativas de investimento financeiro e de ganho com especulação, tendo em vista a rapidez na valorização das terras em áreas de expansão da fronteira agrícola.

O Estado tem um papel ativo e importante na mudança dos marcos regulatórios, com vistas a criar condições necessárias para o avanço desses negócios com terras. Políticas de

regularização fundiária facilitam a transferência de terras públicas para as mãos privadas. As áreas devolutas passam a ser negociadas e destinadas com mais rapidez. Políticas ambientais e trabalhistas são fragilizadas. Essas dinâmicas chegam aos territórios permeadas do uso da força, da violência contra indígenas, posseiros e agricultores familiares. Com isso, povos e comunidades tradicionais ora são expropriados, ora são submetidos à integração e à exploração nas cadeias globais.

Ao mesmo tempo em que observamos a crescente financeirização da agricultura e mercantilização da terra, vivenciamos um momento crítico de desmonte e enfraquecimento das políticas públicas de desenvolvimento rural voltadas para a agricultura familiar e camponesa e para os povos do campo. O fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário

“

*O fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com o golpe de 2016, é um indício dessas estratégias, que fortalecem uma visão produtivista do meio rural. Estamos assistindo à paralisação completa de políticas públicas que trabalham com novas formas de ruralidades, que pensam o rural como espaço de vida.*

(MDA), com o golpe de 2016, é um indício dessas estratégias, que fortalecem uma visão produtivista do meio rural. Estamos assistindo à paralisação completa de políticas públicas que trabalham com novas formas de ruralidades, que pensam o rural como espaço de vida. E, ao mesmo tempo, temos um incentivo às políticas que reforçam o rural simplesmente como espaço de produção e de crescimento econômico pela agricultura em larga escala. Observamos, adicionalmente, mudanças importantes nos marcos regulatórios que enfraquecem a função social da terra, que pressionam direitos territoriais de indígenas e quilombolas e que fragilizam a legislação ambiental.

Todas essas mudanças apontam para uma disputa que se desenrolará crescentemente nas áreas rurais e que coloca, de um lado, pressões pela mercantilização da terra e dos recursos naturais. De outro, a resistência dos povos do campo, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais por seu direito de continuar existindo e pela garantia e fortalecimento de novos tipos de ruralidade que não se resumam à produção agropecuária. O que está crescentemente em jogo são as possibilidades de existência e de fortalecimento de um rural com gente e detentor de formas alternativas de desenvolvimento e de vida, frente a dinâmicas crescentes de mercantilização e financeirização da terra e da natureza.

## *Estratégias de enfrentamento ao atual modelo de desenvolvimento: reflexões a partir do campo*

*Nívia Regina da Silva  
Movimento dos Trabalhadores  
Rurais Sem Terra / Via Campesina*

**É** muito difícil discutir campo-cidade hoje sem fazer a conexão com a história da sociedade e com a história da natureza. Compreendemos os processos históricos de forma fragmentada – período comunal, escravidão, capitalismo etc. – sem perceber o fio condutor entre eles. Como foi, por exemplo, a relação entre o ser humano e a natureza e, a partir disso, a relação com a organização do trabalho?

É na relação entre trabalho e natureza que nos construímos, ao mesmo tempo em que agimos sobre ela. O trabalho humano sempre foi a categoria fundante para a transformação da natureza e a criação das condições materiais para a vida, num processo de produção de conhecimento. Em muitos momentos, essa relação não foi harmoniosa, mas era sinérgica, cooperada etc.

A partir do esforço para elaborar uma leitura sobre a concepção da agroecologia, a Via Campesina tem problematizado essa desconexão entre a história da sociedade humana e a história da natureza. Para tal, têm analisado esse processo em torno do conceito de agri-

culturas, que diz respeito às diversas formas de organizar o trabalho com a natureza. Alguns autores e autoras da agroecologia consideram essa visão histórica e sistêmica para falar de uma coevolução natureza-sociedade. Ou seja, a história é um processo de coevolução social e ecológica.

Há algumas referências dessa evolução histórica que estão presentes em nosso cotidiano. A diferença entre o teosinto e o milho (figura 1) ou entre as raças de gado Auroque e Holstein Frísia, por exemplo, fazem parte de uma construção histórica que é resultado dessa interação socioecológica na construção de sistemas agrários biodiversos.



Essa relação sociedade-natureza nem sempre foi harmoniosa vide as guerras na Idade Média nos períodos que oscilavam entre abundância e escassez de alimentos. No feudalismo a Igreja detinha boa parte do excedente da produção dos servos, a qual ia para os senhores feudais. Isso era permeado de conflitos o tempo todo, mas havia ainda uma relação de cooperação. Esses camponeses-servos tinham uma grande noção do funcionamento da natureza, como a divisão entre os sistemas de produção animal e vegetal, por exemplo.

Os Incas também são outro bom exemplo. É impressionante a forma como dominavam a compreensão sobre o uso da água e os sistemas hidráulicos. Por mais que existissem diversos conflitos sociais entre esses povos, havia também uma sinergia, um pacto comum de relação com a natureza, permitindo sua recomposição e resiliência. O ser humano se formava nessa dinâmica, pois enquanto buscava recursos para atender às suas necessidades, provocava o desenvolvimento das suas capacidades humanas e de seus conhecimentos.

Essa maneira histórica de se relacionar com a natureza é diferente da forma como nos relacionamos hoje, sobretudo nos últimos 150 anos. Quando compreendemos essa

diferença, podemos visualizar que a dicotomia entre campo e cidade também é resultado de uma construção histórica.

Ao longo da história, a relação entre ser humano e natureza sofreu mudanças qualitativas e quantitativas. A agricultura e o trabalho precisam ser analisados sob quatro dimensões:

- 1. Processo de humanização: evolução técnica, biológica e cultural – a espécie humana não nasce agricultora (Mazoyer & Roudart, 2001)**
- 2. Transformação da natureza e transformação da natureza social da espécie humana (Marx, 1983: 149)**
- 3. Evolução da agricultura: análise da agricultura e sistemas agrários ao longo do processo histórico**
- 4. Agricultura de base industrial: Revolução Industrial**

Neste último ponto, a profundidade da análise se dá na acelerada urbanização e industrialização que provoca a ruptura do metabolismo social e ecológico (Foster, 2005) entre campo e cidade pós-Revolução Industrial (1760-1840). O metabolismo pode ser entendido como a capacidade de geração de riqueza material por meio do trabalho, que

não pode estar separada do potencial de geração de riqueza da própria natureza. Segundo Marx, o modo de produção capitalista imprime uma falha irreparável entre os metabolismos sociais e naturais. A falha é resultado da alienação material da sociedade capitalista das condições naturais que conformam a base de sua subsistência.

A ruptura metabólica é o conceito que ajuda a compreender o momento histórico em que o ser humano, sobretudo no capitalismo e mais fortemente na Revolução Industrial, passa a querer equiparar o tempo da natureza ao tempo das necessidades do desenvolvimento das forças produtivas do capital. O tempo do trabalho passa a ser dinamizado como o tempo das fábricas. Para isso, faz-se necessário tornar artificial o tempo da natureza, possibilitando o domínio sobre o processo de produção. A agricultura passa a ser um ramo da indústria.

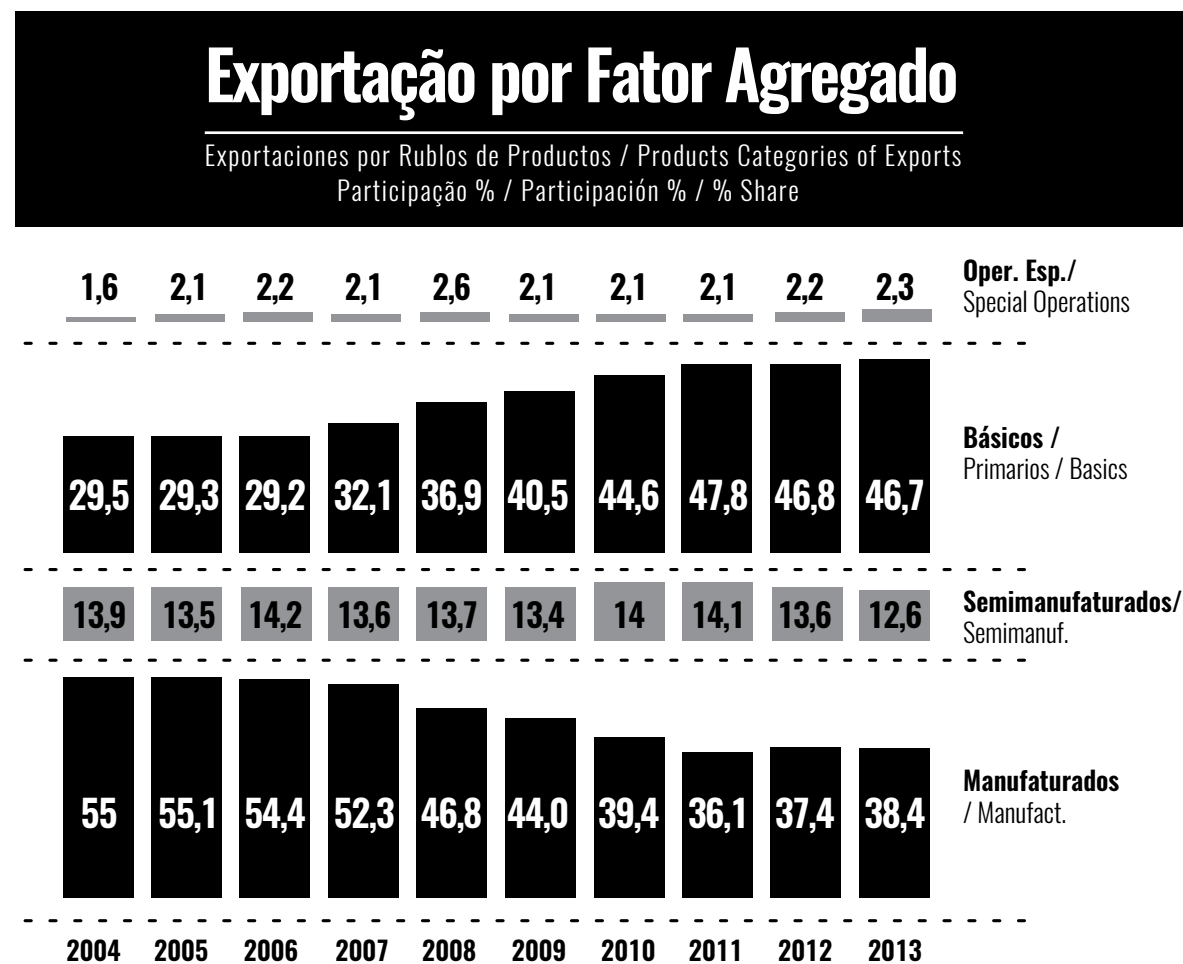


Gráfico 1: Exportação por fator agregado.  
Fonte: SECEX/MDIC. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/>

Nesse processo de ruptura metabólica, dá-se o processo de alienação. O ser humano, alienado da natureza, já não conhece mais o ecossistema, e o trabalho alienado passa a estar subordinado à indústria e à cidade. Essa alienação é a base para o conceito de “natureza intocada” e “natureza selvagem”.

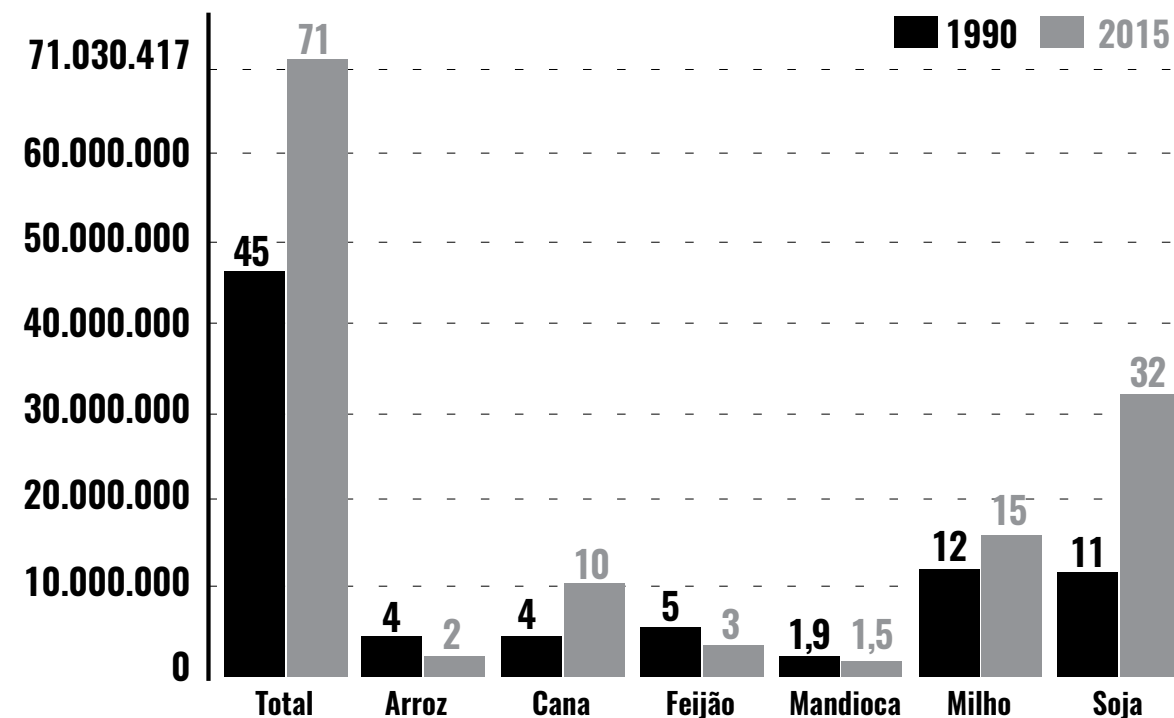


Gráfico 2: Área plantada destinada à produção de alimentos e de commodities no Brasil em 1990 e 2015 (milhões de hectares).  
Fonte: Elaboração própria, com base na Produção Agrícola Municipal - IBGE.

Esse processo de ruptura gera um intenso grau de alienação no qual o trabalhador e a trabalhadora passam a não se reconhecer no próprio trabalho. O ser humano, que ao longo da história teve uma relação bastante diversa e integral com a natureza, passa a se distanciar dela. Como consequência, ocorre o rápido crescimento das cidades em detrimento do campo.

Três processos históricos cristalizam essa ruptura: (1) o capitalismo industrial, transformando o alimento em mercadoria; (2) a revolução verde, destacando aqui suas

diferentes etapas e não somente o processo iniciado na década de 1950; e (3) o profundo oligopólio dos processos produtivos de alimentos – cadeias agroalimentares.

O Brasil assume destacado papel no processo de reprimarização das economias, ou seja, no desenvolvimento da agricultura de *commodities*, que afasta a natureza e a produção agrícola do consumo alimentar. Esse processo intensifica as atividades da agricultura industrial voltadas para a produção de *commodities*, como pode ser visualizado nos dados

## Agrotóxicos no Brasil

Evolução de indicadores Agrários  
Agrotóxicos (Faturamento, IA e Produto Comercial), Produção, Área e População

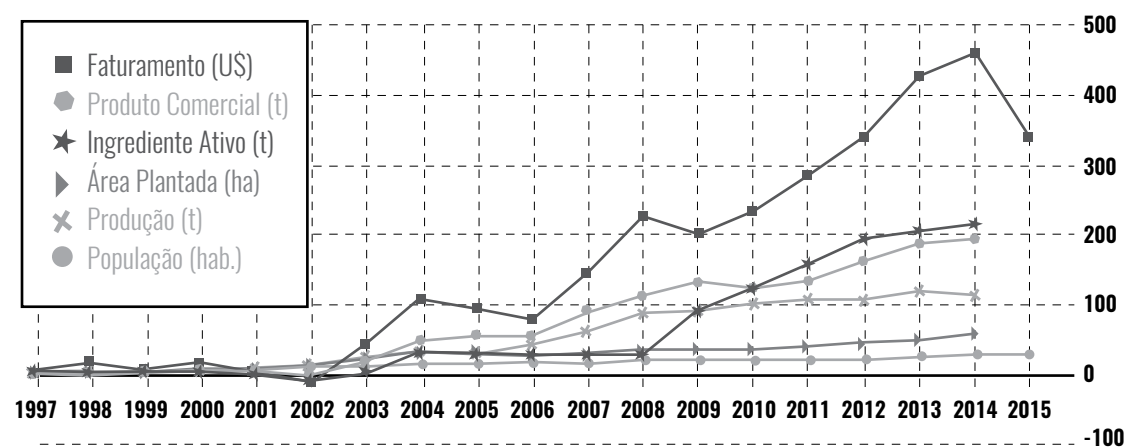


Gráfico 3: Evolução do uso de agrotóxicos no Brasil entre 1997 e 2015.

Fonte: Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida. Disponível em: <http://contraosagrototoxicos.org/>

do gráfico 1, sobre a variação da exportação brasileira entre 2004-2013. Aumentam os produtos básicos, em detrimento da exportação de produtos manufaturados.

A partir do processo de reprimarização da economia, há uma redução da área destinada à produção de alimentos da cesta básica, como arroz (*Oryza sativa*), feijão (*Phaseolus vulgaris*) e mandioca (*Manihot esculenta*). Aumenta por outro lado a área destinada à produção de *commodities* para exportação, como cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*), milho (*Zea*

*mays*) e soja (*Glycine max*). O gráfico 2 ilustra esse processo, que incide sobre a segurança e soberania alimentar nos países.

Ao mesmo tempo em que aumentam as áreas destinadas à produção de *commodities*, aumenta de modo bastante significativo o uso de agrotóxicos, como mostra o gráfico 3. Chama atenção o produto formulado e o princípio ativo desses agrotóxicos.

É importante dar destaque ao fato de que, nesse processo de ruptura, o Brasil está sendo ponta-de-lança na biologia molecular a partir do desenvolvimento de organismos geneticamente modificados (OGMs), transgênicos etc. Há uma relação direta desse processo com a ampliação do monocultivo das *commodities* agrícolas. Em 2015, as lavouras de soja, milho, cana-de-açúcar, café e algodão ocuparam 80% da área agricultável do país, o que representa 77 milhões de hectares. A área total cultivada com sementes transgênicas está na faixa dos 49 milhões de hectares (crescimento de 11%). Atualmente, 93,4% da área das culturas de soja, milho e algodão são transgênicas.

A inflexão durante o atual governo golpista de Michel Temer só piora esse quadro no que diz respeito aos marcos regulatórios e ao monitoramento do uso de agrotóxicos, a partir da limitação de atuação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O avanço da aprovação, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, do projeto de lei que dá fim à obrigatoriedade de inserção da letra “T” nos rótulos de alimentos feitos com matéria-prima transgênica (PL 34/2015) é um bom exemplo.

Uma das estratégias da Via Campesina tem sido apostar na crítica às variadas contradições desse modelo: expulsão das populações do campo; concentração da terra, da renda e da riqueza; insegurança alimentar e perda da soberania alimentar; diversos impactos na saúde; violência, exploração do trabalho, devastação ambiental e impunidade; contaminação genética e efeitos desconhecidos sobre os transgênicos etc. Em 2018, uma das pautas principais de luta tem sido a questão da água, não só no que diz respeito à denúncia da escassez, mas também sua contaminação e privatização.

A destruição desse modelo de agricultura capitalista passa pela superação da alienação entre campo-cidade. Nesse sentido, a agroecologia é uma ferramenta fundamental, visto que ela se fundamenta em três acepções: (1) prática social – conhecimento; (2) ciência – base material e relação social e (3) movimento (lutas populares).

Para terminar, vale resgatar algumas reflexões trazidas pela cosmovisão indígena:

**1.** “A Terra não nos pertence. Nós não a herdamos dos nossos antepassados. Nós a tomamos emprestada dos filhos que virão”.

**2.** “O homem não tramou o tecido da vida, ele é simplesmente um dos seus fios. Tudo que fizer ao tecido, fará a si mesmo”.

**3.** “Porque o meu povo ama a natureza como um recém-nascido ama o bater do coração da sua mãe”.

Precisamos resgatar essas cosmogonias para reconstruir nossa relação orgânica com a terra, que nos foi interrompida. Não queremos o desenvolvimento sustentável, nós queremos a vida sustentável.

#### Referências

- AGROTÓXICO MATA. Agrotóxico mata: Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida. Disponível em: <<http://contraosagrototoxicos.org/>>. Acesso em: 15 ago. 2018.
- ALTIERI, M. A. (1989). Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE.
- DOEBLEY J. (2001). George Beadle's Other Hypothesis: One-gene, One-trait. *Genetics*, 158, pp. 487-493.
- FOSTER, J. B. (2005) A ecologia de Marx – materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GUZMÁN, E. S. & MOLINA, M. G. de (1996). Sobre la agroecología: algunas reflexiones en torno a la agricultura familiar en España. In: LÉON, M. A. G. de (Org.). *El Campo y la ciudad*. Madri: MAPA, pp. 153-197.
- MARX, K. (1983). *O Capital*, tomo I, volume I. São Paulo: Abril Cultural.
- MARX, K. (1985). *O Capital*, volume I, tomo II. São Paulo: Abril Cultural.
- MAZOYER, M. e ROUDART, L. (2001). *História das agriculturas no mundo. Do neolítico à crise contemporânea*. Lisboa: Editions du Seuil; Instituto Piaget.

## *Estratégias de enfrentamento ao atual modelo de desenvolvimento: reflexões a partir do contexto urbano*

*Silvia Baptista  
Quilombola, Rede Carioca de  
Agricultura Urbana (CAU)*

**A** Zona Oeste (ZO) da cidade do Rio de Janeiro expressa bem a contradição entre rural e urbano de que estamos falando. Pela definição que nos foi proposta do rural, podemos considerar a ZO uma região rural. Algumas localidades não têm meio fio, não têm nem energia. É uma parte da “cidade maravilhosa” que não aparece na mídia.

A cidade do Rio de Janeiro está reinstalando o seu Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR). São Paulo também já havia construído o PMDR em parte do seu município. Aqui a definição também é importante, pois não podemos confundir município com cidade. Nas metrópoles, essas palavras acabam virando sinônimos. Mas o município não compreende só a cidade; ele compreende também o território rural.

A partir das reflexões que fizemos neste seminário sobre os sentidos do rural, o processo histórico da relação homem-natureza, as novas ruralidades, faz-se necessário agora pensar quais são as nossas práticas cotidianas que possibilitam outras economias e a aproximação/integração entre campo e cidade.

A princípio, é importante compreender a dimensão da comida no nosso dia a dia. Em que medida nossa comida tem a ver com as questões políticas, econômicas e culturais

que envolvem a relação campo-cidade? Outra dimensão importante para a reflexão, como já foi dito, é pensar terra de forma mais totalizante – terra, água, ecossistema etc. – e não somente em seu aspecto fundiário. Essas reflexões são importantes porque nos permitem, para além da relação campo-cidade, compreender a dinâmica de ação dos movimentos sociais urbanos.

O modelo de desenvolvimento das cidades, e mais especificamente da cidade do Rio de Janeiro, é gentrificador. Tal processo é baseado nas remoções, na estrangeirização da terra, na internacionalização do território urbano. Então, quando falamos de agricultura urbana, não estamos falando de um pomar lindo. Estamos falando de uma luta pelo direito à cidade – a uma cidade que não seja pasteurizada, simplificada a prédios e outras edificações. Defender a agricultura urbana é defender uma cidade que tenha direito à sua complexidade, direito a que parte desse município seja considerada área rural, por exemplo.

Ao longo das últimas décadas, a nossa luta foi contra a legislação, porque a lei urbana – que na década de 1960 declarava todo o perímetro do município do Rio de Janeiro como urbano – foi definida por uma cartografia que não representava a realidade do território. Em 1974, durante a ditadura militar, o Estado define grande parte das terras da Zona Oeste como uma unidade de conservação de proteção integral, que impossibilitava a moradia e o uso da terra por parte da população. Mais uma manifestação do mito da “natureza intocada”, já discutido.

Ainda nesse período, prevaleceu a teoria de que o Brasil tinha um vazio demográfico, como se o país não fosse habitado, causando a invisibilidade dos povos e comunidades tradicionais. Na Zona Oeste do Rio, no maciço da Pedra Branca, é como se não morasse ninguém: um território sem gente. Mas tinha! Meus bisavôs, meus avós, meus tios, primos – minha família toda sempre morou lá –, mas foram invisibilizados nessa cartografia.

Com essa invisibilidade na legislação, também se invisibiliza toda a agricultura nessa parte da cidade. Esse processo gerou muita mobilização. Na Zona Oeste, a luta pela agricultura urbana, pautada na agroecologia, completou agora dez anos. E essa luta vem dando novos significados à concepção de cidade na região. Contudo, a lei ainda não reconhece o território rural, embora o diálogo com a rede que se formou também envolva o Estado – o que tem ajudado nas negociações.

Além disso, a agricultura na cidade alcançou um status de moda, a tal ponto que já vemos alguns setores da classe média praticando agricultura. Isso nos parece bastante interessante, apesar das contradições, pois estamos em um território em que não somente a questão da urbanização nos ameaça. A especulação imobiliária, por exemplo, está muito ligada à cultura política da violência. Ou seja, o que ratifica a expansão da terra sobre a vida das pessoas é o uso da violência cometida pelo próprio Estado.

Nesse sentido, a luta pela agricultura urbana está permeada de conflitos – postos por forças militares e suas redes comunitárias. Essa é a luta que se passa hoje na Zona Oeste do Rio. Dessa realidade nos fica uma provocação: qual seria a possibilidade de nós, que já vivemos em um centro completamente urbanizado, fazer a agroecologia, considerando sua multidimensionalidade como ciência, movimento e prática? Parece-me que isto só é

“

*O modelo de desenvolvimento das cidades, e mais especificamente da cidade do Rio de Janeiro, é gentrificador. Tal processo é baseado nas remoções, na estrangeirização da terra, na internacionalização do território urbano etc. Então, quando falamos de agricultura urbana, não estamos falando de um pomar lindo. Estamos falando de uma luta pelo direito à cidade – a uma cidade que não seja pasteurizada, simplificada a prédios e outras edificações. Defender a agricultura urbana é defender uma cidade que tenha direito à sua complexidade, direito a que parte desse município seja considerada área rural, por exemplo.*

possível na relação campo-cidade. É como diz a palavra de ordem “se o campo não planta, a cidade não janta”. Isso significa que a nossa mesa, que a comida que comemos, tem a ver com a luta pela reforma agrária.

Como vimos, temos uma diminuição de área plantada de arroz, feijão e mandioca – itens da cesta básica –, e grande parte desse pouco que se planta contém agrotóxicos.



Não por acaso, as mesmas corporações que vendem os agrotóxicos vendem os remédios, dando-nos uma condição de sobrevivência a partir da dependência química. Isso implica uma violência física, mas também simbólica. Como encarar essas contradições?

Uma grande provocação é nos organizarmos. Precisamos estar juntas e juntos porque esse sistema que nos oprime sabe muito bem nos colocar uns contra os outros, como se nosso inimigo fosse nosso vizinho. E, muitas vezes, caímos nessa armadilha, nos equivocamos sobre quem é nosso verdadeiro inimigo.

Precisamos criar outras economias, capazes de se contrapor a esse modelo hegemônico. A primeira coisa para isso é a organização. Nesse sentido, precisamos compreender as forças que nos separam – por exemplo, formas de racismo e machismo que vivenciamos dentro das próprias comunidades. Além disso, temos que enfrentar as opressões cotidianas,

“

*Precisamos romper com essa lógica de que a população da cidade é a população consumidora e a população do campo, a produtora de comida. Isso camufla as diferentes expressões de ruralidades e de integração da vida, e nos massacra profundamente. Nós não temos que ter um olhar alienado sobre a natureza porque nós somos a natureza.*

a militarização, a especulação imobiliária. Temos que fazer ainda a luta contra a intolerância religiosa. Nas periferias do Rio, essa pauta é hoje bastante importante, pois é também uma forma de racismo.

O racismo religioso é contraditório com os próprios princípios da fé cristã. A vida de Cristo era profundamente mediadora, um exemplo de confiança e solidariedade, de respeito ao próximo. Olhar nos olhos de outra pessoa e compreender/sentir o coração dela é o caminho para estar numa organização popular possível. Reconhecer o opressor é um princípio fundamental da organização popular. Cristo, com certeza, não lutaria contra o casamento gay, contra o candomblé. Ele lutaria contra o sistema capitalista e toda forma de

violência que vem junto com ele.

Em 2010, criamos na Zona Oeste a Rede Carioca de Agricultura Urbana, que já existia como ponto de encontro mas, a partir dessa data, passou a se reconhecer como organização popular. Em 2011, fizemos a primeira compra direta do campo – feijão, arroz, café, fubá e farinha de mandioca – uma experiência de cinco a seis produtos que a cidade do Rio não produzia. Recentemente, fizemos um encontro das mulheres da Rede CAU e colocamos o acesso à cesta básica agroecológica como prioridade para 2018. Vamos fazer nossas compras diretamente dos movimentos, porque, se tem algo que faz sentido em nossas vidas, é a comida. E, para ter comida, tem que ter água, tem que ter reforma agrária. Quem produz a comida são os agricultores e as agricultoras camponesas, indígenas, quilombolas, caiçaras e ribeirinhos. Ou seja, são os povos trabalhadores.

Entendemos que essa relação campo-cidade precisa ser ainda mais ampliada. É preciso propagandear os produtos da reforma agrária e as feiras comunitárias, porque isso quebra os preconceitos que se colocam contra os movimentos sociais. Para tal, temos o desafio da comunicação. A mídia hegemônica o conceito da cidade. É um modelo que não nos contempla, que não contempla a vida, que não contempla a possibilidade de massificar a agroecologia.

Precisamos romper com essa lógica de que a população da cidade é a população consumidora e a população do campo, a produtora de comida. Isso camufla as diferentes expressões de ruralidades e de integração da vida, e nos massacra profundamente. Nós não temos que ter um olhar alienado sobre a natureza porque nós somos a natureza.

A agroecologia é o desenho da autogestão possível: autogestão comunitária que alimenta para o consumo da família, economia solidária, com valorização das mulheres e trabalho em rede, porque sozinhas a gente não consegue. É importante, nesse sentido, potencializar as redes como formas de propagar e fortalecer nossas experiências.

Importante também levar a discussão para as nossas cozinhas, para a nossa comida. Mas isso depende de organização popular, que por sua vez depende do respeito às diferenças. Nas comunidades, precisamos ter menos medo e mais fé no outro e na outra. Só assim vamos vencer a luta contra o patriarcado, o machismo, o racismo etc. A cozinha é o coração. Sem comida, não há revolução!

# 4

**O que aprendemos e que desafios estão colocados para nossa agenda política para o fortalecimento e a ampliação de outras economias?**

## *Algumas palavras finais*

*Lorena Cabnal  
Feminista comunitária, Guatemala*

O conceito de economia continua em discussão. Estamos fazendo economias emancipatórias que estão se tecendo no mundo de outras maneiras, e podem ter o nome de economias feministas e outros termos nesse sentido. Para os povos ancestrais, não existe o conceito de economia. Os povos ancestrais chamam de economia as relações com a vida, que são os *buens vivires*.

Destacamos algumas maneiras de como as mulheres indígenas feministas comunitárias vêm fazendo. Para nós, tem sido muito importante colocar a recuperação da saúde do corpo em tudo o que fazemos, no processo de *sanación*. Com esse corpo, enfrentamos muitas opressões. Esse corpo se banha, esse corpo come, então, nas nossas organizações, sempre deve haver jornadas de *sanación*, porque o corpo necessita de tempo cíclico de descanso e de recuperação.

Sigamos o exemplo das feministas indígenas comunitárias da Guatemala: em nossos encontros de atividades mensais, sempre há jornada de *sanación* e contenção. Deixamos um tempo necessário para fazer a jornada de saúde, para a qual todas as mulheres levam suas ervas, seus alimentos etc. Tudo é preparado de forma coletiva. Não nos preocupamos com alugar um espaço: as atividades são feitas nas casas das companheiras, dormimos juntas, compartilhamos a comida, o cuidado das crianças –também há *sanación* para elas – etc.

Convidamos para a atividade as mulheres mais velhas, sábias, feministas ou não, que participam da *sanación* e nos ensinam sobre suas experiências. Todas as ervas são medicinais, mas há algumas que têm energia de cura para questões específicas – arruda, alecrim, manjeriço, por exemplo. Não dependemos da farmácia. Isso é muito importante. Importante também saber quem são as mulheres que estão praticando medicina ancestral: curadoras, agricultoras, apicultoras, tecedoras.

“

*Se há troca entre as mulheres, então há uma economia mais justa. Se estamos trabalhando a agroecologia na terra, mas não há divisão justa do trabalho, então não estamos fazendo agroecologia. Precisamos fazer também uma luta contra o colonialismo, evitando a medicina ocidental. Devemos conhecer e visitar sempre as mulheres médicas rezadeiras para que nos ajudem com a sanación. Precisamos nos curar do machismo e de todas as formas de opressão.*

A nossa *sanación* é muito importante porque precisamos nos fortalecer para seguir nesse caminho na rede da vida. Para tal, é importante não perder a dinâmica política do corpo nem a relação com a terra. Para fortalecer a economia e os bem viveres das nossas comunidades, é importante comer o que produzimos. Isso é vital para nos sustentarmos.

Por exemplo, se aqui não temos uva, então não precisamos consumir uva, porque é isso que vai gastar nossa energia, nossa natureza. O consumo de uva aqui é o que mantém o sistema.

Para fechar, deixo como proposta que, nos próximos encontros que fizermos, cada uma e cada um de nós traga nossos alimentos para compartilhar, que façamos uma mesa de partilha. Isso nos ajuda a construir outras economias. Precisamos suspeitar de tudo que fazemos e avaliar se estamos construindo uma economia mais justa, sobretudo entre as mulheres.

Se há troca entre as mulheres, então há uma economia mais justa. Se estamos trabalhando a agroecologia na terra, mas não há divisão justa do trabalho, então não estamos fazendo agroecologia. Precisamos fazer também uma luta contra o colonialismo, evitando a medicina ocidental. Devemos conhecer e visitar sempre as mulheres médicas rezadeiras para que nos ajudem com a *sanación*. Precisamos nos curar do machismo e de todas as formas de opressão.

Há muitas formas de *sanación*, como o ar, a música, o *reiki* etc. Precisamos trazer os saberes de outras culturas, outros povos, para o processo de cura. Há com isso alianças territoriais. É importante saber que podemos construir comunidade no espaço urbano. Essas comunidades devem estar em intercâmbio com as comunidades rurais. Muitas vezes se consolida a ideia de que o espaço urbano não forma comunidade, mas isso não é verdade. Precisamos estar sempre em comunidade, integrados. Tudo isso colabora econômica, espiritual, física e comunitariamente para o *buen vivir* e para nossa integração plena.

Realização:



Apoio:



FASTENOPFER

**Brot**  
für die Welt

ISBN 978-85-89366-43-4



9 788589 366434